



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Vigésima Nona Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos doze de dezembro de dois mil e dezessete, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo para proferir o seguinte texto: Livro do Eclesiástico – Capítulo 4, versículos 1 a 11: “Filho, não negues ao pobre a esmola, não desvies dele teus olhos. Não entristeças um faminto, não exasperes o pobre em sua indigência. Não aflijas o coração do indigente, não adies a esmola ao angustiado. Não rejeites o pedido do aflito, e do necessitado não desvies o rosto. Do pobre não afastes o olhar por causa da ira: não lhe dêes ocasião de amaldiçoar-te por detrás; porque será ouvida a súplica daquele que te amaldiçoar amargurado: seu Criador o atenderá. Faze-te amar pela comunidade; humilha-te diante do mais velho e diante de um poderoso abaixa a cabeça. Inclina ao pobre teu ouvido sem tristeza; paga-lhe tua dívida e responde-lhe com afabilidade e mansidão. Arranca o oprimido do poder do opressor, e quando julgares não procedas com amargor. Sê misericordioso com os órfãos como um pai e como um esposo para a mãe deles; e serás como um filho obediente do Altíssimo, e ele terá compaixão de ti mais que uma mãe.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Tais Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Ainda estava ausente da Sessão a Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente e comunicando que, em conformidade com o Art. 265 do Regimento Interno, a partir daquele momento, o Expediente seria reduzido a trinta minutos, visto a discussão das leis orçamentárias na Ordem do Dia. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as Atas da Sessão Ordinária anterior, da Décima Quinta Sessão Extraordinária e da Décima Sexta Sessão Extraordinária, realizadas no dia cinco de dezembro



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

de dois mil e dezessete, as quais foram aprovadas, uma a uma, por unanimidade de votos pelo Plenário e assinadas pela Mesa. Foi ainda, assinada a Ata da Sessão Solene de Entrega de Título de Cidadania, realizada aos sete de dezembro de dois mil e dezessete. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria constante do Expediente: pela ordem, o Sr. Ângelo Roberto Torres pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos projetos, dos Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Senhores Vereadores, e das correspondências de Diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foi lida a ementa do Ofício DER nº 0138/2017, encaminhando Projeto de Lei que estabelece cotas raciais para o ingresso de negros ou afrodescendentes no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados, depois de lido, foi o mesmo encaminhado para as Comissões Permanentes para parecer. A seguir dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposituras: Projetos: 1. De Lei Complementar da Sra. Cássia Murer Montagner que dispõe sobre a isenção do pagamento das tarifas de água e esgoto à entidade que menciona e dá outras providências. 2. De Lei do Sr. David Hilário Neto que institui e inclui no calendário oficial de eventos do Município de Jaguariúna o “Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa”, e dá outras providências, depois de lidos, foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer. Requerimentos: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à Empresa Expresso Metrópolis Transportes e Viagens Ltda. informar se existe a possibilidade de estender o percurso do ônibus que faz a linha Jaguariúna/Campinas, com saída do bairro João Aldo Nassif, até a rotatória da Avenida Pacífico Moneda, em frente ao Condomínio Portal das Palmeiras, no bairro Vargeão; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à Vivo Telecomunicações S/A, informar se existe a possibilidade de levar os cabeamentos de internet e telefone até o Portal das Palmeiras e no Residencial Recanto Jaguar; 3. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações do porquê não foi feita a reforma dos bancos que estão no local de passagem de pedestre no Parque dos Lagos, pois os bancos estão danificados pelo tempo e não por pessoas; 4. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal, em caráter de urgência, informações sobre a previsão de quando irá terminar a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

obra que ligará a água no Bairro João Aldo Nassif, Silvio Rinaldi e bairros próximos, hoje parada na Ponte da Vila São José; 5. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar se existe a possibilidade de fazer parceria junto à empresa FRESSENIUS para ser implantada no Hospital uma sala de hemodiálise; 6. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informar a viabilidade de sinalizar com um PARE, em uma das ruas, na esquina das Ruas Bernardino e Rua Pinto Catão, na Vila 12 de Setembro 1ª Etapa. Indicações: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal reparos que especifica, no Parque Maria Stela Bianco Torres – Bairro Roseira Cima; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal que seja feita a troca de lâmpadas queimadas que especifica, no bairro Tanquinho; 3. Do Sr. José Muniz, solicitando ao Executivo Municipal a construção de lombadas na Avenida Rinaldi; 4. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal que seja realizada a limpeza da grama no interior do parque, e corte do mato no caminho de pedestre em volta do Parque Américo Toniette, no bairro Roseira de Baixo; 5. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal que seja realizada a poda de plantas de cerca viva e corte de mato na calçada do Centro de Atendimento Psicológico- CAPS, no bairro Roseira de Baixo; 6. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal que seja realizada a construção de uma lombada na Av. pacífico Moneda, Bairro Vargeão, próximo à entrada do Sítio Irajá; 7. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira Solicitando ao Executivo Municipal que seja realizada a limpeza das calçadas e corte de mato, na av. Dos Ipês, Roseira de Baixo; 8. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo e Ângelo Roberto Torres, solicitando ao Executivo Municipal realização de divulgação em todas as mídias em tempo hábil, da Centésima Festa de São Sebastião nos próximos dias 20 e 21 de janeiro de 2018. Moções: 1. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - SILVA de Congratulações e Louvor ao CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos, na pessoa da senhora Diretora Luciane L. Nunes e da Secretária de Educação - Cristina Catão, pela criação do Projeto VALORIZAÇÃO DA VIDA; 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de pesar pelo passamento do Senhor Geraldo Grangheli, acontecido no dia 02 de dezembro corrente, aos 90 anos, nesta cidade; 3. Do Sr. José Muniz de Congratulações e Louvor à Secretaria de Turismo e Cultura, pelo sucesso do Desfile de Natal; 4. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de apoio ao Sr. Adilson



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

José Abracez, pela sua honestidade, bom trato e cuidado com a coisa pública, especialmente, observando as deliberações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; 5. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco – Magrão de Congratulações e Louvor a toda equipe do “O Bola Mais Um Jaguariúna”, onde desenvolve um trabalho sério, dinâmico e gratificante para o Município de Jaguariúna e tantos outros; 6. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco e Ângelo Roberto Torres de pesar pelo passamento do jovem Jeferson Aparecido Teodoro, ocorrido no dia 9 de dezembro do corrente, aos 28 anos de idade, nesta cidade. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Ofício nº 622/17 – UR 3. Do Diretor Técnico de Divisão –UR3 – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, encaminhando para apreciação contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna referente ao exercício 2015, depois de lido, foi o processo todo encaminhado para a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade para análise; 2. Ofício nº 1268/2017/GIGOV/CP da Caixa Econômica Federal comunicando contrato de Repasse celebrado entre o Município de Jaguariúna e a Caixa Federal que tem por finalidade “Recapeamento de Vias Públicas no Município de Jaguariúna/SP, no valor de R\$ 245.850,00 com contra partida do Município no valor de R\$ 4.150,00; 3. Ofício nº 1326/2017/GIGOV/CP da Caixa Econômica Federal comunicando contrato de Repasse celebrado entre o Município de Jaguariúna e a Caixa Federal que tem por finalidade “Recapeamento de Vias Públicas no Município de Jaguariúna/SP, no valor de R\$ 493.100,00 com contra partida do Município no valor de R\$ 6.900,00. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art.154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91): 1. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à Empresa Expresso Metrôpolis Transportes e Viagens Ltda. informar se existe a possibilidade de estender o percurso do ônibus que faz a linha Jaguariúna/Campinas, com saída do bairro João Aldo Nassif, até a rotatória da Avenida Pacífico Moneda, em frente ao Condomínio Portal das Palmeiras, no bairro Vargeão, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à Vivo Telecomunicações S/A, informar se existe a possibilidade de levar os cabeamentos de internet e telefone até o Portal das Palmeiras e no Residencial Recanto Jaguar, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

porquê não foi feita a reforma dos bancos que estão no local de passagem de pedestre no Parque dos Lagos, pois os bancos estão danificados pelo tempo e não por pessoas, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal, em caráter de urgência, informações sobre a previsão de quando irá terminar a obra que ligará a água no Bairro João Aldo Nassif, Silvio Rinaldi e bairros próximos, hoje parada na Ponte da Vila São José, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar se existe a possibilidade de fazer parceria junto à empresa FRESINIUS para ser implantada no Hospital uma sala de hemodiálise, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informar a viabilidade de sinalizar com um PARE, em uma das ruas, na esquina das Ruas Bernardino e Rua Pinto Catão, na Vila 12 de Setembro - 1ª Etapa, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Moção do Sr. Afonso Lopes da Silva - SILVA de Congratulações e Louvor ao CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos, na pessoa da senhora Diretora Luciane L. Nunes e da Secretária de Educação - Cristina Catão, pela criação do Projeto VALORIZAÇÃO DA VIDA, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 8. Moção do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de pesar pelo passamento do Senhor Geraldo Grangheli, acontecido no dia 02 de dezembro corrente, aos 90 anos, nesta cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 9. Moção do Sr. José Muniz de Congratulações e Louvor à Secretaria de Turismo e Cultura, pelo sucesso do Desfile de Natal, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 10. Moção do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de apoio ao Sr. Adilson José Abruhez, pela sua honestidade, bom trato e cuidado com a coisa pública, especialmente, observando as deliberações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 11. Moção do Sr. Rodrigo da Silva Blanco – Magrão de Congratulações e Louvor a toda equipe do “O Bola Mais Um Jaguariúna”, onde desenvolve um trabalho sério, dinâmico e gratificante para o Município de Jaguariúna e tantos outros, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 12. Moção do Sr. Rodrigo da Silva Blanco de pesar pelo passamento do jovem Jeferson Aparecido Teodoro, ocorrido no dia 9 de dezembro do corrente, aos 28 anos de idade, nesta cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por um minuto, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner, que a passou; tomou a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que cumprimentou a todos, agradeceu a presença de todos e disse que estava pensando se ele fez um bom papel durante o ano corrente, mas pela bagunça que estava o país, aquela ebúrnea, bando de ladrão, safado, sem vergonha, ele achava que eles tinham feito um bom trabalho e ele estava muito contente com todos; disse que ele procurou coisas para se irritar com os Colegas de todas as formas, mas todos agiram com lisura, com inteligência, ele achava que tinham feito um bom trabalho, e ele estava muito contente com a Bancada e que o que estava nas mãos deles, eles fizeram o possível, se comparassem a bagunça, ao lixo que estava o dinheiro do país, ao dinheiro que foi roubado e estava sendo maquiado, então, ele achava que tinham feito um bom trabalho; parabenizou a todos; a seguir, fariam uso da palavra o Sr. David Hilário Neto que a passou; fez uso da palavra a Sra. Inalda Lúcio de Barros Santa, que cumprimentou a todos, dizendo que ela também estava lá para dizer que passou o ano, estavam na última sessão, e ela não sabia se tinha sido bom o trabalho dela, mas o que ela pôde fazer ela fez, mas o trabalho dela era como ela sempre falava, que era visitando um, visitando outro, ia atrás de um, ia atrás de outro, e que naquele dia mesmo, ela tinha saído de casa cedo, estava chegando aquela hora, mas sempre acudindo um, acudindo outro, e ela esperava que o trabalho dela, mesmo ela sabendo que era pouquíssimo e que algumas pessoas viam, mas ela fazia aquilo que Deus colocou no coração dela, ela atuava bastante na área da Saúde, com medicamentos, fraldas, receita médica, mas graças a Deus, Deus tinha dado a ela força, coragem para fazer aquele trabalho e acudir os necessitados; disse que foi um ano tranquilo e que ela amava a todos e estava muito feliz; agradeceu à população, aos convidados que estavam sempre na Casa; agradecia de coração, primeiramente a Deus e a todos; a seguir, fariam uso da palavra os senhores José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Tais Cameline Esteves, que a passaram; fez uso da palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo, que cumprimentou a todos, dizendo que a fala dele seria breve, até porque o tempo era muito curto, mas ele não poderia deixar passar aquela situação da moção de pesar pelo passamento do jovem Jeferson Aparecido Teodoro, o qual ele teve a honra de ser professor dele nas escolinhas de esportes da Prefeitura, e era muito triste quando eles viam um jovem os



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

deixando tão cedo, com tanta perspectiva de vida pela frente mas, infelizmente, não controlavam aquela situação na vida, então, ele deixava lá os sentimentos de pesar para toda a família, e também do seu Geraldo Grangheli que com toda a experiência de noventa anos vividos, também deixava a família enlutada; agradeceu aos nobres Vereadores pelo convívio de um ano que foi a primeira experiência registrada e também muito o honrou por terem convivido, lutado pelos ideais, lutado por ideologias, e ele acreditava que o ano tinha sido muito produtivo para todos eles, com desgastes, com vitórias, com sucesso e com derrotas, assim era a vida, e deixava para o próximo ano o compromisso de lutar por muitas coisas pela cidade, muitas melhorias que Jaguariúna precisava e precisava deles, para fiscalizarem, para lutarem pelos interesses dos mais necessitados; deixou seu feliz Natal a todos e um feliz ano e que dois mil e dezoito fosse repleto de realizações para todos; a seguir fez uso da palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva, que cumprimentou a todos e disse que ele se inscreveu para falar de uma moção que ele tinha apresentado, de congratulações ao trabalho do CEJA na pessoa da senhora Luciana que estava presente na Casa, ela era pequenininha, mas era uma pessoa valente, que tinha toda a dedicação no CEJA e eles viam que alguns resultados daquele trabalho dela estavam vendo na prática dos alunos e, na verdade, lá tinha acontecido três fatos que eles tinham de valorizar, a questão do trabalho que foi feito lá, o esforço para atender às reivindicações dos alunos, como a questão da janta, que o pessoal que estudava no CEJA era aquele pessoal que trabalhava durante o dia. Ia estudar cansado e à noite eles eram valorizados com aquela questão da janta, para que conseguissem fazer bem o seu trabalho, para que conseguissem com dignidade; disse que assistiram lá a questão da “Escola Amiga”, envolvendo seus alunos também que foi um sucesso e também do “Projeto Vida”, que resgatou a questão dos alunos do que era ser um ser humano, o que era participar da comunidade de Jaguariúna, então, foram três fatos que eles tinham de destacar o papel da Secretaria de Educação e também o papel da Diretora Lú, por todos os seus familiares que foram prestigiar aquele momento importante que aquela Câmara tinha a obrigação, sim, de valorizar o trabalho das pessoas que se dedicavam ao trabalho da Educação no Município; mandou um abraço para a Luciana, um abraço para a família dela, e disse que ela poderia contar sempre com a Câmara na questão da Educação, na questão da valorização das pessoas; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que cumprimentou a todos dizendo que ele também não poderia deixar de ir lá, a última sessão ordinária do ano, e agradecer o trabalho e o convívio que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

eles tiveram durante aquele ano, que para ele foi mais um ano, mais uma legislatura e foi mais um aprendizado; falou para o Cecon que tirando a primeira e a segunda sessão do ano, ele acreditava que a Câmara transcorreu tudo normalmente, não foi um problema político que os envolveu, e fora aquilo ele achava que todos lá com muita lisura, com muita opinião tentaram resolver da sua melhor maneira os problemas do Município; disse que estava lá para agradecer aquele convívio e dizer que tinham muitos comentários, fulano era isso, era aquilo e ele sempre falava para todas as pessoas que iam falar mal de alguém para ele, se ela conhecia a pessoa, porque se não conhecia não adiantava falar, porque precisava conhecer a pessoa muito bem e naquele um ano que tiveram de convívio entre todos, puderam conhecer um pouquinho da personalidade de cada um e poderiam atestar, realmente, que lá eram todas pessoas de boa índole, de boa formação, com vontade de tentar ajudar, e não poderiam apenas deixar que a política influenciasse na moral deles, na conduta do ser deles atrapalhasse aquilo, então, aquilo ele deixava de sugestão aos nobres pares, eles tinham de opinar, contrariar, ser contundentes, discutir, porque a partir da discussão que eles começavam a enriquecer e sair bons frutos do trabalho deles, ele sempre falava que achava que toda unanimidade era burra e ele sabia que lá as discussões tinham ocorrido salutarmente e ele achava que quem ganhava com aquilo era a sociedade; desejou a todos um feliz ano novo, um feliz natal e que Deus iluminasse, e um ano “cheio de repletos”, como disse o Neguita na primeira legislatura, que, realmente, Deus iluminasse a todos e que o próximo ano fosse melhor ainda e que aquela Casa fosse valorizada o quanto ela deveria ser, e aquilo se devia ao Presidente e a eles, Vereadores; parabenizou a todos e agradeceu pelo um ano de convívio; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres, que cumprimentou a todos, dizendo ao Fred que fazia trinta anos, um ano repleto era legal e foi bom, porque marcou; disse que ele só estava lá para agradecer aos nobres Pares, aos Colegas que tiveram no último mandato e aos que chegaram naquele ano, e como o Fred falou, nas duas primeiras sessões ficaram meio tumultuada, mas de lá para frente cada um viu o potencial de cada um, cada um viu a idéia de cada um e passou a saber que a idéia era Jaguariúna e não partido político e não questões políticas, mas era a população e os munícipes que necessitavam da ajuda deles, porque eles eram o elo de ligação com a população; reforçou o requerimento dele na questão da falta de água, dizendo que tinham de cobrar do Executivo para executar aquela obra que estava parada lá na ponte do São José, uma obra de suma importância que ia levar água para o João Aldo Nassif por gravidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

do morro do Catão, e era uma tubulação nova, não ia ter vazamentos, como acontecia, atualmente, a água até chegar no Nassif perdia muita água por vazamentos, e ele acreditava que iria resolver o problema do Nassif, Europa, Rinaldi, Cruzeiro do Sul e no bairro dele também, na Roseira, e foi obra que não deu tempo de terminar no mandato passado, mas estava parada, achava que eram dois, três quilômetros e que quem ganhava era a população e que poderiam ter continuado aquilo em janeiro, e eles não estariam passando por aquilo naquele momento; falou que o pedido que ele fez da reforma nos bancos das madeiras estragadas no Parque dos Lagos, infelizmente, não leu a justificativa e nela ele colocou que lá os estragos eram devido ao tempo que tinha sem nenhuma manutenção e não eram vândalos, não era nada, aquilo era falta de manutenção mesmo, era uma coisa barata e ele achava que aquele parque estava postado na pasta da Secretaria de Cultura, então, ele gostaria que reforçasse um pouquinho mais; agradeceu a todos, desejando um feliz natal, um ano de saúde, de paz e que Deus os abençoasse e um ano repleto de paz e saúde; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva, que cumprimentou a todos, dizendo que ele queria lá dar um destaque para a moção número quatro do Alfredo Chiavegato Neto, o Fred, e que se ele soubesse que ele ia fazer, ele até tinha pedido para assinar junto com ele, que ele falou na semana passada do carinho e do apreço que todos tinham pelo Adilson e se ele, ele queria assinar junto com ele, e como falaram na semana passada lá, abriram as portas da Câmara para o Adilson, para ele estar sempre com eles e, se possível, a Câmara pudesse ajudar de alguma maneira, para ajudar, e que o Fred foi três vezes Presidente e ele estava sendo naquele ano, e ele sentia na pele que não era fácil, ele pensava duas vezes para assinar alguma coisa e que a Justiça estava pegando no pé, e ele achava que era certo, também, não achava errado; tinha de ser feito certo; parabenizou a ele e se possível, ele gostaria de assinar junto com ele, porque o Adilson era um grande amigo, uma grande pessoa e ele queria ajudá-lo de alguma maneira; falou que, rapidamente, ele queria aproveitar a deixa e ler umas palavras curtas, falando da Câmara Municipal, abrindo uma prerrogativa, e fez a seguinte leitura: “Senhores Vereadores, senhoras Vereadoras, público presente, mais uma vez boa noite a todos, posso afirmar com absoluta tranqüilidade e responsabilidade que a Câmara Municipal de Jaguariúna é uma instituição pública, transparente, participativa e que atua em consonância com os anseios do povo. De forma resumida quero destacar algumas ações desenvolvidas no âmbito do Legislativo de Jaguariúna, no ano de dois mil e dezessete. De início destaco, no âmbito administrativo, que a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Galeria com os ex Presidente ganhou um novo local de maior destaque no Legislativo, (falou que como todos sabiam mudaram para lá). A Câmara Municipal de Jaguariúna realizou melhorias no espaço físico do Legislativo, foram pequenas atitudes que resolveram grandes problemas, um deles foi a reparação total do calçamento em frente da entrada do calçamento da Câmara que também dá acesso ao setor de entrada do estacionamento da Câmara e à Divisão de Saúde Bucal; no local já eram registrados acidentes com pedestres que acabaram se machucando pelo estado da calçada que apresentava buracos e irregularidades; a obra veio de encontro a diversas reivindicações, porque a calçada fica na área central da cidade e margeia setores como tributos, posto central, Fale Fácil, que atende um grande número de pessoas todos os dias, é importante frisar que nosso Legislativo conseguiu a isenção de pagamentos de tarifas de pedágios para os veículos da Câmara, o que gerou uma grande economia para os cofres públicos (falou que acharam uma brecha lá que poderiam ter uma isenção para os veículos da Câmara, que ele pediu para o Jurídico estar vendo e conseguiram a isenção dos veículos que, atualmente, não pagavam mais pedágio e era um dinheiro que economizava para o Município e para a Casa, e ele ficou muito feliz com aquela conquista), e pensando justamente em economia que estamos adquirindo 02 novos veículos para o Legislativo, pois os carros que temos, estão gerando grandes gastos com a sua manutenção. Assim, com os novos veículos, significativa economia com seu custeio, ocorrerá nos próximos anos. No quesito transparência e controle público agimos com total responsabilidade e respondemos todos os questionamentos dos munícipes, sempre respeitando os prazos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal. Nossa Casa Legislativa esteve aberta à população, para as associações, as entidades de classe, aos estudantes que através de parceria com a Secretaria de Educação puderam conhecer melhor o funcionamento do Legislativo, como atuam, e o verdadeiro papel do Vereador que é de fiscalizar e legislar. Incluímos, a exemplo da legislatura anterior, no Portal da Transparência os valores dos salários dos servidores ativos e inativos e também inserimos os bens ou serviços contratados, dentre outras informações, como salários, contratos, licitações e etc. Adotamos, ainda, várias medidas internas a fim de fortalecer a Instituição, como as reuniões públicas das Comissões Permanentes que desempenharam um papel nunca antes visto na história do Poder Legislativo jaguariunense. As Comissões Permanentes, objeto de disputas partidárias e judiciais, cumpriu o seu papel, e hoje tem realizado um papel de destaque nesta Casa de Leis. Respeitamos todas as etapas do processo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

legislativo e fizemos cumprir o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município. Realizamos inúmeras audiências públicas e reuniões: - para a avaliação do cumprimento das metas fiscais; - para discussão sobre a Zonal Azul; - para discussão sobre o transporte coletivo; para discussão sobre o PPA, LDO e LOA, dentre outras de acordo com o que pede a legislação e em sintonia com os anseios da população. No campo legislativo o ano de 2017 foi muito produtivo. A Casa deliberou e aprovou projetos de Lei complementar ou ordinária, projetos de resolução, decretos legislativos, num total de 168 processos. Inúmeras proposições foram apresentadas e aprovadas: 417 indicações, 247 requerimentos, 130 moções, além de centenas de ofícios dirigidos ao Executivo Municipal, atendendo às solicitações da população. Senhoras e Senhores Vereadores: todos nós sabemos que o vereador é o político mais próximo do povo, e centenas foram as proposições apresentadas. Nunca é demais lembrar que em 2017 aprovamos mais propostas oriundas do próprio Legislativo do que do Executivo. Aprovamos: - subvenções para as entidades assistenciais do município; - a doação de área para moradia popular; - a instituição de lotes populares para fins residenciais para a população de baixa renda; - o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais; - a Universidade Pública Virtual (UNIVESP); - novo projeto do PROUNI MUNICIPAL para concessão de bolsas aos estudantes; dentre outras matérias de relevante interesse social para a cidade de Jaguariúna. Para não me prolongar demasiadamente, frisamos apenas algumas conquistas, pois inúmeras foram as contribuições do trabalho árduo desenvolvido por nós e por todos os senhores e senhoras Vereadoras. Encerrando, gostaria de agradecer os integrantes da Mesa Diretora, que deram todo o respaldo necessário para exercer nosso trabalho, parabenizar a todos os Vereadores que contribuíram para esta produção legislativa ocorresse, e em especial, o trabalho das Comissões Permanentes da Casa, que tornaram possível materializar tantas leis e realizar tantos debates de alto nível como estamos fazendo nestes últimos meses. Quero, por fim, de maneira muito especial agradecer todos os assessores e servidores públicos do Legislativo, na pessoa da Diretora Geral, Alzira, que deram todo o respaldo necessário para o bom andamento dos trabalhos desta Casa de Leis. Muito Obrigado a todos!” Disse que falava em nome da Câmara Municipal e de todos os Vereadores e funcionários. Terminado o Expediente, naquele dia reduzido a trinta minutos, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Tais Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão, foram apreciados: 1. Projeto de Resolução nº 005/2017, da Mesa da Câmara Municipal, que dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 168, de 16 de outubro de 2013. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, III do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, em Discussão, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva, pedindo o apoio dos Pares para aprovação daquela Resolução, eles discutiram na reunião de Comissão, umas duas, três atrás, eles pensaram em mudar aquela Resolução em respeito ao Fred que criou, e ele falou no começo do ano que ele pensava em mudar aquilo, e teve o apoio do Fred e ele falou que ele teria a liberdade de mudar do jeito que ele quisesse, e ele achou que estava mais justo ser pago o bônus enquanto tivesse efetivamente o pregão e eles entraram em um consenso e não achava justo receber a importância, então, ele achava que dava mais justiça, também, realizava, recebia dentro do mês, então, ele queria contar com o apoio dos Pares; a seguir, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto, que cumprimentou a todos pedindo desculpas por ele não estar na reunião de Comissão, e pediu para tirar uma dúvida que tinha, que a intenção daquela nova resolução era para dar mais celeridade aos processos, e a preocupação dele seria que sendo no mês que tinha o processo, se o Presidente não acreditava que poderia travar mais ainda e terem apenas um processo por mês e sugeriu que fosse por processo, por pregão aquele pagamento, e se não seria mais efetivo ainda? Era só aquela sugestão que ele queria dar e que se fosse por pregão achava que a efetividade seria maior, então era uma sugestão que ele deixava na Casa, porque se a pessoa fizesse três pregões no mesmo mês, ela iria receber por um único, pelo mês e não pela quantidade de pregão; o Sr. Romilson Nascimento Silva fez uso da palavra dizendo que ele até concordava com o David, mas o volume era muito pequeno na Câmara Municipal, ele achava que até comportaria ser por número conforme a Prefeitura, e a Prefeitura tinha um volume muito grande de pregão e deveria ter feito uns quatrocentos pregões no ano corrente, e a Câmara fez dois no ano de dois mil e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dezessete, e ele achava que se colocasse seria pior, era a opinião dele e eles tinham a intenção de fazer mais algumas coisas no próximo ano e ele via como motivacional, era a humilde opinião dele, achava que se desenvolvia aquela coisa, recebia aquele bônus e não achava legal condicionar um bônus que não tinha a contrapartida para ele ser feito e ser pago, ele entendia que um bônus era quando fazia alguma coisa que a pessoa era bonificada por alguma coisa que fez extra, um exemplo, quando a pessoa tinha a função dele, o salário dele, e se a pessoa fazia uma coisa a mais, ele reconheceria com um bônus e pagava com um bônus e ele não achava justo pagar um bônus por uma coisa que não era feita, foram feitos dois pregões no ano e passaram doze meses, ao invés de mil e quinhentos, recebeu doze mil e em doze meses foram feitos dois pregões, e ele achava que ficaria mais justo tendo um pregão, recebia aquele valor, porque o valor, falava mensal, e um valor mensal de mil e quinhentos, independente do número de pregão, e ele achava que ficaria mais justo daquela forma, disse que tinha a intenção de alguns pregões, e tinha um leque de coisas para fazer na Câmara, principalmente, na parte de acessibilidade, ele acreditava que teriam de oito a dez pregões que contemplaria o ano; de repente, daria a liberdade do Presidente seguir, ele via que estaria motivando o pessoal e levando mais com ele para estarem desenvolvendo aquilo; a seguir, fez uso da palavra, novamente, o Sr. David Hilário Neto, dizendo que ele concordava plenamente, mas a única questão dele, pensando, rapidamente, que se fosse por pregão e no próximo ano ele pensava em oito, dez pregões, se fosse mensal a pessoa poderia segurar e fazer um por mês, porque ela iria receber mensal, e se fosse por pregão, em dois, três meses, poderia conseguir realizar os dez pregões, porque sugeriria ganhar pela produtividade como ele mesmo estava falando, porque tinha o bônus, então, ele sugeriria que fosse por pregão para, pelo menos, dar mais agilidade no processo do pregão, era sua sugestão; disse que ele era o Presidente, ele que ia comandar tudo aquilo, então, o apoio dele ele ia ter; fez novamente uso da palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva dizendo que ele concordava em partes com o David, mas o problema era o tempo, um exemplo era quando ele achava que iria naquela direção, a ordem do fator não alteraria o produto, e ele até concordava com ele, que se pagasse por pregão ela teria um tempo, um exemplo, teriam um pregão em janeiro, o que ia ser em setembro, não ia conseguir antecipar, porque ia ser feito por etapa, não ia conseguir antecipar as etapas, depois ia abrir um outro processo, e, infelizmente, ou felizmente o volume da Casa era muito pequeno de pregão e se fosse igual à Prefeitura não precisaria mudar nada, lá tinha vinte, trinta, quarenta por mês,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

disse que concordava com o David em partes, e que tinha um cronograma e que ele não conseguia antecipar de agosto para fevereiro, mas ele queria ouvir a opinião de mais Vereadores; a seguir, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner, dizendo que a lógica poderia se inverter, e imaginou que passasse de doze pregões, daí a pessoa ia ganhar mais do que mil e oitocentos por mês, então nesse caso era mais lógica aquela questão, teria o pregão, poderia ter mais do que um, mas seria mil e oitocentos naquele mês; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que, mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que ele gostaria de dar a opinião dele, e que o nobre Presidente estava à frente do Legislativo e estava conduzindo o dia a dia da Casa, e eles implantaram aquele projeto de resolução no intuito de dar uma transparência maior nas aquisições da Câmara porque, atualmente, o processo do pregão era o mais habitual, onde se falava que tinha mais lisura, e o problema maior, porque a responsabilidade do pregoeiro era muito grande, ele entendia o dia a dia, achava que o que o David falou era importante, o que o nobre Presidente pensava também, mas o problema era que ele convidou algumas pessoas para fazer curso de pregoeiro na época e não quiseram fazer, e não queriam assumir a responsabilidade, poderia ser que ele daria maior economicidade para a Câmara, pagando somente o pregoeiro no mês que ele fizesse o pregão, mas poderia ser também que não tivesse pregoeiro para fazer, ele não aceitasse fazer aquilo porque a responsabilidade era grande, daí talvez tivesse de contratar um pregoeiro de fora e ele não se lembrava se a resolução cabia dar aquela oportunidade de contratar um de fora para fazer o pregão, mas ele só estava dando a opinião dele, porque daí cabia no dia a dia, mas o que o David falou também era sugestivo, mas era o Presidente que ia comandar e a proposta era dele e ele só poderia aceitar, não teria nada de objeção e esperava que eles conseguissem dar maior celeridade, maior transparência, que eles conseguissem adquirir os produtos com menor valor, aquele era objetivo maior de fazer um processo licitatório mais rápido, mais transparente, então, contasse com o apoio dele; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que cumprimentou a todos, dizendo que aquela questão do pregão era uma questão muito delicada porque o pregoeiro tinha uma responsabilidade enorme pela lei de licitações, a oito, meia, meia, meia e, realmente, uma eventual apuração, o primeiro que se responsabilizava era o pregoeiro, e era de extrema importância dentro do processo administrativo público, que não poderia faltar aquela pessoa; disse que entendia a preocupação do Presidente e achava que no volume de uma Câmara Municipal, doze meses deveriam ter tido mais pregões,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

porque o pregoão, realmente, era a peça administrativa que dava maior transparência para os atos administrativos e do gasto público também, então, com certeza seria importante terem usado em várias situações da Casa, e chama a atenção dele só dois procedimentos aconteceram ao longo do ano; via a proposta dele como forma de estimular na frequência e no pagamento do mês que aquilo fosse gerado, porém, ficava lá uma sugestão, apesar de ouvir o nobre Vereador Fred e o nobre Vereador David, assim como a nobre Vereadora Cássia, para que se pensasse em algo que houvesse uma compensação para o pregoeiro, ele entendeu a questão de economicidade, mas por outro lado a responsabilidade dele era muito grande mesmo, então, naquele momento ele achava oportuno, ia ter o apoio dele ao projeto, com certeza, mas tinham de amadurecer aquela sugestão para que não tivessem surpresas desagradáveis no futuro, onde poderiam não ter o pregoeiro, porque ninguém interessado na Casa queria ser o pregoeiro, e daí teriam consequências sérias para o andamento financeiro da Câmara Municipal; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos e disse que, na verdade, algumas discussões na Casa e, para quem estava assumindo aquele ano na Câmara elas eram novas, e eles tinham de tentar entender mas, o jeito que estava sendo feito, na avaliação dele, até dando satisfação para a população, ele achava também que não estava correto, pelo que ele entendeu a pessoa recebia por alguma coisa que ela não estava fazendo, ela estava sendo remunerada por um trabalho que ela não estava fazendo, porque era pago mensal, então, como o Romilson estava propondo ele achava que cevava mais transparência e eles estavam dando mais satisfação para a população e o papel deles como Vereadores era dar satisfação para a população, atender às expectativas do povo, ele achava que ficava difícil depois falar para Jaguariúna que as pessoas estavam recebendo na Câmara por um serviço que não estavam fazendo, então, aquela questão era uma coisa para eles estarem discutindo, incentivar mas os funcionários da Câmara, de certa forma, estava remunerando para aquilo e do jeito que estava sendo feito ele achava que não estava sendo justo, e que a proposta do Romilson levava justiça e também o modo de darem uma satisfação mais concreta para as pessoas que iam cobrar na Câmara; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva dizendo que, para finalizar ele respeitava as opiniões, o David o Waltinho ele achava que era pertinente as discussões, o Fred, a Cássia posicionou, o Silva, e disse que em relação ao povo ele tinha aquela preocupação, em poucos dias sofreram para caramba com o famoso décimo terceiro, então, vinha a preocupação igual ao Silva falou; disse que ele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

acreditava em todos os funcionários da Casa, os trabalhos caminhavam bem e como ele falou ele queria mexer mais com a parte motivacional mesmo, de querer ir e participar, e aquele bônus ia até mil e oitocentos reais, atualmente, pagava-se mil e quinhentos, e ia partir da justiça e foram feitos dois pregões em dois anos, somassem doze meses vezes mil e quinhentos, atualmente, as empresas pagavam mil e quinhentos reais em média para a pessoa trabalhar oito horas por dia, trinta dias por mês, então, tinha de justificar para a população, que pagava um bônus de mil e quinhentos que, efetivamente, não tinha, e deixou claro que não tinha nada a ver com a pregoeira, senão chegava no dia seguinte o Romilson era o bicho da cara preta; não era aquilo, não estava falando em nome, em nada daquilo, e estava falando do trabalho, do bom andamento, não se falava em pessoa, e sim do andamento do trabalho, então, era aquela preocupação que ele tinha, de justificar aquilo, que poderia ter um apontamento no Tribunal de Contas, porque se ele viesse na Casa e apontasse que pagou doze meses de mil e quinhentos reais e o resto no final do ano, que já teve aquilo, já sinalizaram para ele, para ele tomar cuidado porque poderia ter problema com o Tribunal que poderia apontar aquilo, que estava sendo pago um bônus de uma coisa que não era feita; citou que viram o exemplo do Adilson; falou que era aquela a preocupação, e ele pensou em tudo aquilo mas, principalmente, em dinamizar o trabalho da Câmara e ele tinha aquela preocupação, porque uma hora alguém ia cobrar; disse que queria contar com o apoio dos pares naquela direção; a seguir, novamente, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, dizendo que somente para deixar claro ele achava que o volume de serviços quem atribuía ao pregoeiro era o dia a dia da Câmara e ele estava falando da responsabilidade de um servidor em assumir aquela função; se o valor era muito ou pouco, foi o valor que, na época, eles acharam próximo daquilo que seria condizente daquilo que estava sendo habitual nas cidades por aí, mesmo porque era uma modalidade nova que estava sendo implantado e além daquela resolução, também tinha uma comissão de licitação na Câmara que eram todos funcionários de carreira e a pregoeira também tinha, era funcionária de carreira que tinha o curso de pregoeira, então, era até uma fé pública, uma responsabilidade muito grande e ele sabia que a comissão também recebia todo mês, tinha um plus no salário, e ele estava falando sem querer citar nomes, achava que eram duas funcionárias que tinham o curso de pregoeiro e ele não sabia se tinham ainda, atualmente, e a primeira que ele convidou não quis, daí teve outra, e ela também não queria, então, foi uma forma de estimular para que atendesse ao Tribunal de Contas, mas ele sabia dos propósitos e era o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Presidente que estava no dia a dia lá, era ele o responsável por tudo que acontecesse naquela Casa, e se ele achava que aquele era o melhor caminho, ele iria concordar, mas a questão da justiça tinha várias vertentes e ele esperava que eles, assim como o Presidente, se eximisse das responsabilidades deles, tentando fazer o processo com a maior lisura possível e aquele ele achava que tinha sido o objetivo do projeto de lei e ele esperava que atendesse também as necessidades da Câmara e do dia a dia deles mas, disse que ele achava que não sabia se o nobre Presidente tinha consultado alguém no dia a dia, mas ele achava que ia ser difícil estimular alguém por pregão, a ser o papel de pregoeiro da Câmara; a seguir, fez uso da palavra, novamente, o Sr. Romilson Nascimento Silva, autor do Projeto, dizendo que ele concordava com o Fred em algumas partes, ele achava que era justo que pagasse, ele estaria até disposto a pagar a totalidade, mil e oitocentos reais, mas ele não achava justo pagar sem fazer, aquele era o problema e ele achava que pegava lá, quem fazia, fazia bem feito, e igual ele falou, tinham duas que faziam e o que o incomodava era a Câmara pagar um bônus quando não era feito, deu um exemplo, dizendo que ele iria inverter os papéis, não sabia a opinião de cada Vereador, não ia abrir muito a discussão, imaginassem se iriam receber um valor todo mês, então do que iam atrás? Perguntou se concordavam com ele, que ele iria pagar um bônus de mil e quinhentos reais todo mês, então, não precisava fazer, porque não ia correr atrás, porque sabia que todo o mês iam pagar para a pessoa, mas se a pessoa sabia que ia ter aquele bônus, o estímulo estava lá, então, ele achava que caminhava a partir de lá, senão, naquele momento, ele entendeu que tinha uma discrepância, igual ao Fred falou, de estar pagando mensalmente, não virava o pregão, mas tinha a abertura de contratar de fora também, ficava mais caro, mas ele acreditava, também, nos funcionários, não tinha o porquê de alguém se rebelar e não querer fazer e tinha um profissionalismo também, ele não queria tirar nada, a intenção dele não era tirar nada, ele não via como estar lesando lá e achava que, efetivamente, a pessoa iria ter o ânimo de fazer aquilo lá, porque ela sabia que iria receber por aquilo e pensaria em correr atrás para fazer, porque no final do mês, iria receber e se deixasse para outro mês não iria receber, então, era aquela a finalidade, ele via por aquele lado, e se ele errasse ele também propunha para depois mudarem e ele falava sempre que não tinha medo de errar e quem tinha medo de errar não fazia nada, e chegasse no mês seguinte e não andasse, ele teria a humildade de falar para eles que não deu certo, que quebrou a cara, para que voltasse de novo lá, para aumentar, para subir ou descer, a idéia era melhorar e dinamizar as coisas, e alguns Vereadores



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

o cobravam, o Neguita cobrava pra caramba que precisava fazer as coisas na Câmara, precisava melhorar, o Davizinho também cobrava, o Zé precisava pegar a emenda para eles lá, então, era aquilo, a intenção dele era de melhorar as coisas, de caminhar para todo mundo, estruturar melhor a Câmara Municipal, só aquilo que ele queria fazer, nada de diferente. A seguir, em votação o Projeto de Resolução nº 005/2017, da Mesa da Câmara Municipal, que dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 168, de 16 de outubro de 2013, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Resolução nº 014/2017, da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a substituição dos Anexos II e IV, da Resolução nº 103, de 03 de março de 2000 (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, III do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que mais uma vez cumprimentou a todos, parabenizando ao Sr. Presidente pela iniciativa da Mesa e, como foi dito lá no relatório, aquilo vinha sendo apontado desde as contas de dois mil e doze, que era do ex colega e ex Presidente Mauricinho e a Câmara teve conhecimento em final de dois mil e catorze, da qual ele era o Presidente e, naquele momento, ele tentou aprovar um projeto de lei nos mesmos moldes que o Presidente apresentou e, naquele momento, o objetivo era ter cargo de nível superior e aquela exigência do Tribunal de Contas que todos os assessores parlamentares tinham que ter nível superior e a proposta dele era aquela, mas que os cargos começassem a valer a partir da presente legislatura e, infelizmente, o projeto não prosperou, os nobres Colegas, na época, achavam que não ia acontecer nada, que o Tribunal de Contas somente sugeria, que eles não deveriam acatar, e, infelizmente, o nobre Colega Adilson foi penalizado com as contas rejeitadas em virtude daquilo, então, ele achava que fizeram até moção anteriormente para tentar amenizar aquele impacto, tinha grau de recurso, também, mas o Presidente, rapidamente e habilmente já apresentou o projeto para que salvasse as contas dele também, e ele desde aquele momento, ele estava lá no intuito de apoiar o projeto e pedir aos nobres Pares que votassem favoráveis, porque eles sabiam que a responsabilidade era do Presidente, não era nada contra qualquer assessor, e disse que naquele momento ele sofreu muitos ataques, porque eles conviviam no dia a dia com os assessores, ainda mais no cargo de Presidente que eles queriam mandar todo mundo embora, e não era aquele o objetivo, eles queriam tentar incentivar os assessores a estudar e eles teriam pelo menos três ou quatro anos para tentarem terminar o curso de graduação, e mesmo porque



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aquilo não daria garantia de que ele estaria eleito numa próxima legislatura, porque eles passavam por um processo eleitoral e eles não poderiam garantir ao assessor que depois de três anos ele estaria com ele na Casa, a não ser que fosse eleito, e o único cargo que exerciam em todos os cargos políticos que eles não tinham uma garantia vitalícia, enfim, e os assessores, também, seguiam as indicações deles, o Presidente que os nomeavam; parabenizou o Sr. Presidente e disse que, infelizmente, tiveram um fato triste de um colega ter as suas contas rejeitadas para que eles, realmente, entendessem que eles tinham de tomar uma posição, então, se passaram lá um lapso de três, quatro anos, e parabenizou a Mesa e solicitou aos Colegas para que acatassem, e ele achava que o objetivo também era aquele e ao longo dos três anos que faltavam da legislatura os assessores tinham de estar estudando nível superior e na próxima legislatura tinha de ter nível superior; a seguir, o Sr. Presidente passou os trabalhos da Mesa, para o Vice Presidente e pediu a palavra, agradecendo o apoio do Fred ao projeto, dizendo que ele lembrava quando ele foi o Presidente e montou o projeto, e estava na Casa ele, o Neguita, o David, o Magrão e eles acompanharam e houve um entendimento diferente dos pares, eles entenderam que o Presidente apresentava o projeto no sentido dele dar uma resposta ao Tribunal de Contas e os Vereadores tiveram um entendimento solto, ouve uma blindagem aos assessores naquele momento, até falaram lá atrás, não houve, David, Bozó, Neguita, Magrão, não houve nenhuma intenção de prejudicar o Presidente e não era porque ele estava de Presidente pedindo o apoio de todos que ele estava, porque todos sabiam que era verdade, confirmou com o Fred, em nenhum momento queriam prejudicar o Presidente, confirmou com o Bozó, para o Presidente ter problemas futuros, então, infelizmente, veio culminar com a rejeição das contas do Adilson, mas ele queria deixar bem claro que da parte dele não houve má fé, eles eram parceiros lá, como eram, atualmente, e o Fred sabia que, em nenhum momento, eles tiveram uma posição no sentido de prejudicar o Presidente; disse que eles tiveram a felicidade de achar uma solução rápida, conforme o Fred falou, quando chegou a rejeição das contas do Adilson, acendeu a luz amarela, e ele pensou que precisaria fazer alguma coisa e salvar o ano dele, senão, ia o Romilsom embora, também, e ele não sabia se ele seria candidato em dois mil e vinte, mas pelo menos, ele tinha vontade de estar livre para ser candidato, e ele já estaria ciente de que não seria também, então, ele se reuniu com o Jurídico, conversou com os demais Vereadores, também, e envolveu a recepcionista Ana Claudia, Controle Interno da Câmara e pediu para que ela fizesse um levantamento nas cidades vizinhas que faziam



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

parte da região, se houve em algum momento, se foi feita alguma coisa naquela direção e se houve um apontamento, e a Claudinha fez um brilhante trabalho, ele queria até parabenizá-la, e ela achou uma abertura em Bragança Paulista, que a exemplo de Jaguariúna vinha desde dois mil e dez sendo recomendada que seguisse o nível superior, então, não fizeram nada na Legislatura dois mil e nove, dois mil e doze, e chegou dois mil e treze e o Tribunal falou que tinha de resolver o problema, falou para o Presidente da época, o Presidente reuniu o Jurídico dele, os Vereadores e entraram em um consenso com o Tribunal de Contas, a partir da Resolução que, excepcionalmente, na Legislatura dois mil e treze, dois mil e dezesseis, todos os assessores de imediato estariam cursando nível superior, apresentando a cada três meses relatórios que estavam, realmente, cursando e, na legislatura seguinte, dois mil e dezessete, obrigatoriamente, o superior completo; disse que eles fizeram aquela resolução, foi aprovada pela Câmara naquela época e o Tribunal de Contas aceitou, passaram as legislaturas e dois mil e dezessete iniciou com nível superior, então, disse que ele estava propondo um projeto igual, no mesmo formato, e que foram em Bragança Paulista junto com o Jurídico, convidou alguns Vereadores, o Silva estava na Casa e no dia ele o convidou, ele que não pôde ir porque tinha outro compromisso, e foi o Negueta Torres e ele o agradecia por ter ido, foi muito importante a presença dele lá, ele pode ver, entender, conversaram com um brilhante advogado, Diretor Jurídico da Câmara, doutor Romeu, muito bom e pôde auxiliar a todos eles, passar uma tranquilidade para eles, no sentido deles caminharem com aquele projeto, porque como eles falavam, o Presidente precisava dar uma resposta, não ficar de braços cruzados para passar o ano e eles iam pelo mesmo caminho, então, ele não quis já sair de início dizendo que iam exonerá-los, porque ele achava que não era por aquele caminho e também de início a preocupação de mantê-los, apesar de seguirem a lei, se protegerem, tinha o lado humano, eles sabiam que precisavam trabalhar, e tinham treze na Casa e ele não sabia quantos com nível superior, então, de início, primeiro trabalho, foi de achar uma maneira legal que ficasse bom para todos, e para todo mundo era manter os assessores, até porque escolheu cada um deles em cargo em confiança, então, ele queria, de início, estar caminhando com aquele projeto, contar com o apoio de todos e torcer para que o Tribunal aceitasse, e em dois mil e vinte, dois mil e vinte e um, os Vereadores que estivessem na Casa, obrigatoriamente, os assessores teriam nível superior; agradeceu a todos e disse que contava com o apoio dos Pares para salvar a cabeça do Presidente em dois mil e dezessete; a seguir, o Sr. Vice Presidente,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Afonso Lopes da Silva, devolveu a presidência dos trabalhos da Mesa ao Sr. Presidente, Romilson Nascimento Silva; em seguida, pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon, dizendo que se ele estivesse no lugar do Romilson, ele estaria na mesma situação e ele teria feito a mesma coisa, o Fred, a Rita Bergamasco já tinham avisado que era errado, só que eles sempre achavam que iam dar aquele jeitinho; disse que empresas, o próprio Governo, vinha com aquela doutrina do endurecimento da escolaridade e não dava condições das minorias estudarem, e ele imaginava que o David, que trabalhava mais com a parte da faculdade, com os jovens, o que ele passava, e quantos pais chorando na porta da faculdade porque não podiam pagar a faculdade e ele achava uma palhaçada e todo o dinheiro que teriam de ser gastos na Educação, vindo do Governo Federal, estava no bolso deles; falou que aquele era o último dia do ano e ele queria desafogar aquilo da garganta dele e os lugares, principalmente, o Governo, dificultando a vida das pessoas, e ele achava errado, era contra aquilo e o dia que o Governo desse condições das minorias mais pobres estudarem; não eram todas as crianças que tinham a capacidade de passar em um vestibular, ele não teria, achava que nem do pré infantil, então, ele lutava por aquelas pessoas; agradeceu de ter uma pessoa igual ao Fred que estava sempre lá, todos, o Waltinho também estava sempre consertando as coisas mais difíceis, mas ele achava legal a atitude que teve o Romilson de pensar no funcionário também, e ele teria errado também; agradeceu a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que a fala do Presidente e o fato lá, lembrava uma das aulas de direito penal da faculdade, onde aprenderam sobre a espada de Dâmocles, que era um rei sentado no trono; disse que ele não ia dar uma de Tucunduva e prometia, e sentado no trono ele via sobre a sua cabeça uma espada e ele atendia às pessoas com uma preocupação enorme, porque aquela espada pairava sobre a cabeça dele, só que ela só era presa por um fio de crina de cavalo e aquilo incomodava profundamente, até que disseram a ele que o cargo que ele ocupava e o trono que ele sentava eram o risco que ele tinha de correr, então, infelizmente, quando tinha um cargo de Gestão Pública, corria aquele risco, sim, como todos que passaram pela Casa e sentaram naquela cadeira teriam também sobre eles o cargo e o peso do cargo; disse que ele lamentava o que aconteceu com o nobre ex Vereador Adilson, porque conhecia da lisura dele, da idoneidade e da honestidade e, infelizmente, uma situação como aquela estava dando muito trabalho para que ele revertesse, e ele acreditava que ele iria reverter, porém, a medida que o Sr. Presidente tomava era uma medida importante, prudente,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

responsável, porque ele não estava tirando a oportunidade de quem estava atualmente na Casa, com o objetivo de se formar e ter a condição de estar com o nível superior em breve, por outro lado, o Tribunal, muitas vezes imparcial, frio, calculista, olhava somente as questões legais e, às vezes, não enxergava que atrás de uma disposição legal existiam pessoas, existiam vidas, mas ele não estava lá pra criticar o Tribunal, não, e ele estava lá para alertar que ainda daquela forma poderiam ter problemas, ele havia sugerido para o Presidente, naquela medida, que eles fizessem uma alteração naquela resolução, inclusive das atribuições, até porque as atribuições atuais diziam que o Assessor Parlamentar tinha de fazer processo legislativo, e com todo o respeito, não era a função dele, porque a função do processo legislativo competia ao Jurídico da Casa, que o fazia muito bem na pessoa do Sr. Diretor e da sua Procuradora, dos seus procuradores; e aquela situação era um entendimento dele diante do fato, mas a medida ele via que era efetiva e poderia dar resultados, inclusive em uma próxima avaliação do Tribunal no ano subsequente; caso aquilo não acontecesse, mais uma vez se acenderia a luz amarela na Casa para novas medidas que o próximo Presidente que assumisse ainda na legislatura atual, tomasse, para que não tomasse as consequências de ficar inelegível; falou para o Presidente contar com o apoio dele, com as medidas dele, e ele via que os assessores também estavam sendo honrados com aquilo porque eles trabalhavam muito por aquela Casa, faziam um trabalho impecável de atendimento ao público, de assessoria parlamentar e, principalmente, de poder honrar aquela Casa do Povo com o atendimento deles; a seguir, o Sr. Presidente agradeceu o apoio do Waltinho e disse que eles tiveram um medo em mudar as atribuições que foram feitas em Bragança, o formato de Bragança aprovou e o Tribunal aceitou, eles tiveram um certo receio de mudar alguma coisa, e ele até concordava com ele nas atribuições, porque até tinha ficado um pouco pesado naquela parte lá, mas ficou com medo de mudar, porque cada vez que mudava, desfigurava um pouco o projeto e abria um precedente para o Tribunal discordar, então, falaram de fazer igual Bragança, porque tinham uma iniciativa que lá o Tribunal concordou, fizeram igual e não aceitaram, então aquele foi um pouco do medo que tiveram, e tiveram de seguir a íntegra do projeto deles, então, tiveram aquele entendimento momentâneo; pediu ao Vereador Neguita que, depois, pudesse discutir, ele queria falar mais uma vez da felicidade que ele teve do Neguita ter ido lá, realmente, o surpreendeu a postura dele, a vontade dele em ajudar, o Neguita foi um cara parceiro; agradeceu de coração, porque naquela hora que ele via que os Vereadores



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estavam lá, queriam ajudar, os Vereadores eram parceiros, todo mundo queria ajudar todo mundo, ninguém tinha a intenção de prejudicar, e ele ficou muito feliz do Neguita ter ido junto com ele, além da honra da companhia, ele ficou muito feliz, de coração mesmo, pela postura dele, da ajuda que ele deu, da solidariedade, do entendimento, de perguntar para o advogado, ficou a manhã inteira lá, fazendo perguntas se daria certo ou não daria; a seguir, pediu a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres, dizendo ao Sr. Presidente que era ele quem agradecia o convite de estar junto com eles, com o Jurídico na Câmara de Bragança, e conversar com o Jurídico com mais de trinta anos de experiência na Câmara Municipal, consultor da região e o mesmo processo foi feito e era o Tribunal de Contas de Campinas também que atendia lá em Bragança e que, realmente, a responsabilidade era do Presidente, como o Fred falou no começo, que deixava, ajeitava, o Cecon falou de dar um jeitinho, e o Tribunal de Contas não dava jeito, não tinha jeito, tinha só solução e o Presidente estava, como o Waltinho falou, com a espada segurando com a crina do cavalo e era um fio só, fraquinho, tinham alguns cavalos que tinham a crina forte, mas aquele era fraquinho, mas brincadeiras a parte, realmente, era da responsabilidade, e ele acreditava que a maior parte dos assessores tinham superior completo, mas eles poderiam tentar junto à FAJ, a UNIVESP para tentarem colocar os assessores para estarem fazendo o curso e em dois mil e vinte e um estarem com o curso completo e sem aquela complicação para a Câmara e valia ressaltar, também, que Jaguariúna tinha bons olhos lá, ou melhor, que o Tribunal de Contas tinha bons olhos para Jaguariúna, porque tudo na Câmara, chegava lá, o Tribunal de Contas barrava, ainda que lá com o Adilson, ele se lembrava quando o Auditor esteve na Casa, ele questionou o negócio do carro, tinha um Santana dois mil e três, o Corolla dois mil e sete, para eles estava bom o carro, ele questionou as cadeiras do Plenário e tinham de seguir à risca, porque o Poder Público, muitas pessoas pensavam que não tinha quem fiscalizava mas, tinha sim, tinha a população e o Tribunal de Contas, então, tinha de ter as contas certinhas em dia, porque se era o Órgão que responsabilizava o Executivo ou o Legislativo, era o Tribunal de Contas, mais o Legislativo ainda, que deu a paulada, era uma só, mas ia torcer, porque o Adilson era uma pessoa que todo mundo conhecia e sabia da honestidade dele, o trabalho que foi feito na Casa, e ele foi o Vice Presidente dele, participou da Mesa com ele e sabia do trabalho que foi feito, mas acreditava que eles conseguiriam através daquele Decreto da Mesa, regularizar aquela situação, e torceu para que o Tribunal de Contas acatasse para solucionar o problema; agradeceu a todos; a seguir, pediu a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto dizendo que ele só gostaria de pegar um gancho naquilo que o Cecon falou, e ele apoiava a opinião dele em relação à questão dos assessores, na opinião dele assessor não precisava ter nível superior, na opinião dele como Fred, munícipe de Jaguariúna, um cidadão normal, porque eles sabiam as funções que eles exerciam na Casa, era que eles impuseram aquilo goela abaixo, então, eles tinham que aceitar, porque se eles rejeitassem as contas do Presidente, ele ficaria inelegível, e pelo artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal tornava a pessoa inelegível, e aquele momento ele poderia estar lá falando “não, vou defender os nossos assessores que não tem nível superior”, poderia lá ser demagogo, mas ele estava apoiando o projeto, mas apoiava porque ele sabia da responsabilidade dele, mas ele também não concordava com aquela decisão do Tribunal, não concordava, também, com várias decisões do Tribunal, eram várias interpretações, só que a Câmara Municipal de Jaguariúna, ela só poderia discutir as contas do Executivo, do Legislativo não tinha jeito, porque se fosse aquele o problema e as contas chegassem para eles, ele tinha a certeza de que ninguém tomaria aquela atitude e ele achava que foi dito pelo próprio Neguita, que o consultor que eles foram lá em Bragança, o Romeu, ele falou que o Tribunal ia lá e, às vezes, queria pegar o assessor se estava no gabinete dele, para chegar para o assessor e perguntar o que ele fazia, se o assessor desse uma titubeada, mesmo assim ele ferrava, eles eram mau intencionados, e ele falava aquilo porque ele já esteve na frente da Câmara várias vezes e ele sabia que eram vários entendimentos e cada um pensava de um jeito, e se pegassem um auditor que estivesse meio com o ovo virado, estaria enrolado, como aconteceu com ele em um ano, que pegou uma funcionária na Casa que estava com problema também, achava que naqueles dias, “rapaz do céu”, exclamou, o que o auditor aprontou para ele foi brincadeira, só que depois tinha de ir lá trabalhando, então, era complicada aquela questão do Tribunal, e ele só queria parabenizar a iniciativa, tiveram que assumir aquilo, e se todos se lembravam em dois mil e catorze, a assessora dele não tinha nem escolaridade nenhuma e não teria o mínimo de condição de estudar e, também, não teria condição amanhã ou depois de continuar sendo assessora dele; se ele fosse eleito, como foi, quando ele propôs aquele projeto, tanto que na época ele propôs que naquele ano não iria mudar nada, somente para a próxima legislatura, para o ano corrente, naquela época ia ficar a mesma coisa, diferente do que, atualmente, que, pelo menos, no hoje, estariam estudando nível superior, e ele foi, pessoalmente, conversar no Tribunal de Contas para fazer aquela proposta que, infelizmente, não prosperou somente na



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Casa, mas ele não concordava, algo que era imposto daquela forma, não era algo que ele queria, ele sabia da função maior, o assessor era a imagem da Câmara e deles Vereadores, que lá o colocavam para receber a população e dar o melhor atendimento possível à ela, mas ele sabia também que muitas coisas eles não precisariam ser feito como aquilo que estava nas atribuições, alguns tinham e ele não estava querendo questionar todos, mas alguns não tinham, mas estava lá a Assessoria Jurídica da Câmara para poder dar o apoio integral para aquele tipo de desempenho de função, mas dizer que o Tribunal cada vez o decepcionava mais, e que tomassem cuidado, porque, infelizmente, tinham de aceitar aquilo porque era imposto goela abaixo; parabenizou e tinha a certeza de que o projeto iria ser aprovado; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que ele queria aproveitar a oportunidade da discussão do projeto, para manifestar o apoio dele ao ex Presidente Adilson, inclusive com a moção que foi apresentada naquela noite na Casa, votada e aprovada, em defesa das contas dele, só lembrando que o Presidente que sucedia o segundo biênio da Casa, muitas vezes, ele não teve o apontamento anterior porque ele levava quase dois anos para chegar, daí ele tinha de dar continuidade em um trabalho e sofria as consequências do trabalho, foi o caso do Adilson, que foram as contas de dois mil e quinze, salvo melhor juízo lá, que estavam sendo discutidas no Tribunal; falou que em dois mil e doze ele atuou como advogado das Contas da Casa, do ex Presidente da época, Antonio Mauricio e eles conseguiram a aprovação das contas junto ao Tribunal de Contas, até aquele momento havia aprovação com ressalva e foi aquilo que eles conseguiram diante dos apontamentos, então, ele via a possibilidade do Adilson conseguir êxito diante dos recursos que estaria impetrando junto ao Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e lá ele queria deixar a solidariedade dele a ele e também total e restrito apoio a todas as atitudes que ele tomou na Casa, porque ele tinha a certeza da idoneidade, a moral, a ética e a responsabilidade dele sempre foram marcas da pessoa do Adilson em Jaguariúna e, principalmente, quando ele esteve à frente do Poder Legislativo, ele tinha a certeza que jamais ele esqueceu seus valores e aquele apontamento que chegou da rejeição das contas não era para macular a pessoa, mas, sim, servir para que aquela Casa tomasse atitudes para se tornar condizente com a Legislação e exigências do próprio Órgão fiscalizador, então, ele deixava lá o apoio dele e, principalmente, à moção que deveria ser encaminhada ao Adilson e ao próprio Tribunal de Contas que a Casa fez. A seguir, em votação o Projeto de Resolução nº 014/2017, da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

substituição dos Anexos II e IV, da Resolução nº 103, de 03 de março de 2000, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Segunda Discussão, foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 049/2017 do Sr. Romilson Nascimento Silva, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, no âmbito do Município de Jaguariúna, de avisos com o número do Disque Denúncia da Violência Contra Mulher (Disque 180) (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º do R.I.). Com emendas já aprovadas. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 051/2017 do Sr. Romilson Nascimento Silva, que dispõe sobre a divulgação das listagens dos pacientes que aguardam por consultas com especialistas, exames e cirurgias na rede pública do Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º do R.I.). Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 055/2017 do Sr. Romilson Nascimento Silva, que dispõe sobre a publicação no site oficial da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, dos valores arrecadados com multas de trânsito, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º do R.I.). Com Emendas já aprovadas. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Lei nº 058/2017 do Sr. Ângelo Roberto Torres, que revoga o §3º da Lei nº 2.192, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a forma de cobrança de consumo excessivo de água originado de vazamentos invisíveis nas instalações de prédio, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º do R.I.). Com Emendas já aprovadas. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 019/2017, do Executivo Municipal, que dispõe sobre alterações na Lei Complementar Municipal nº 4/1991 (Código Tributário do Município – CTM) e substitui a Tabela II (taxas de licença) (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em discussão, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo ao Sr. Presidente que foi pedido o adiamento da votação daquele projeto, só que não teve nenhuma reunião de Comissão, e para não adiar e não ter mais esse problema, se eles pudessem suspender a sessão, por uns minutos até para eles discutirem o projeto, seria importante, que aquela tabela, e que a legislação em discussão estava mudando



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aquela tabela que eles aprovaram a respeito da publicidade em outros pontos fixos e que seria de grande importância aquela discussão naquele momento, confirmou com o Fred; explicou para a população que na sessão extraordinária que teve naquela última semana, e que aquele projeto chegou muito rapidamente na Casa e já estava em votação, e que foi pedido o adiamento para votação naquela data, e como naquele dia era a última sessão da Câmara, eles estavam querendo dar uma analisada nele antes da votação, e por isso gostaria de pedir a suspensão da sessão por alguns minutos; o Sr. Presidente suspendeu a sessão, dando o prazo de cinco minutos; decorrido prazo estipulado, o Sr. Presidente reabriu a sessão, colocando em discussão e em votação, foi o Projeto de Lei Complementar nº 019/2017, do Executivo Municipal, que dispõe sobre alterações na Lei Complementar Municipal nº 4/1991 (Código Tributário do Município – CTM) e substitui a Tabela II (taxas de licença), que foi aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 034/2017 do Executivo Municipal, que dispõe sobre o Plano o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021 (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Finanças e Contabilidade. Pela ordem, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, dizendo que só queria pedir ao Sr. Presidente Romilson, para que fosse mais ágil e mais fácil das pessoas entenderem, que era melhor eles lerem uma emenda, discutia-se aquela emenda, do que ler todas as emendas e depois estar colocando em discussão, e que achava que assim era mais salutar; o Sr. Presidente disse ao Vereador Bozó que era isso que ele iria propor, ler a emenda, discuti-la e já votá-la, e passava para a seguinte, e que eram onze emendas, leriam uma por vez, discutiriam e votariam, e que ele tinha adivinhado, disse ao Bozó; e pediu para que a Sra. Secretária fizesse a leitura da primeira emenda, eles discutiriam e já votariam, para dinamizar, conforme o Bozó propôs. A seguir, foram apresentadas as seguintes de Emendas da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade: Emenda nº 001 – Dá nova redação ao inciso III, do artigo 6º, do Projeto de Lei nº 034/2017: “Art. 6º- III – os orçamentos fiscais do Município deverão conter reserva de contingência de, no mínimo, 0,1% (zero vírgula um por cento) da Receita Corrente Líquida para cada um dos períodos que compreendem os exercícios de 2018 a 2021 e que servirão para pagamentos imprevistos, inesperados e contingentes conforme dispõe o art. 5º, III, “b”, da LRF;” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que aquela emenda era da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão e ela só estava adequando, porque no Projeto de Diretrizes Orçamentárias, tal percentual era zero vírgula zero sete, e no PPA estava, queria dizer, que na LDO estava zero vírgula um, e no PPA, zero vírgula zero sete, e eles estavam fazendo a adequação do PPA com a LDO, e que tal emenda era para isso; a seguir, em votação foi a Emenda nº 001 aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 002 – Dá nova redação aos artigos 39 e 40 do Projeto de Lei nº 034/2017: “Art. 39. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a promover anualmente, abonos e reajustes salariais aos servidores públicos.” “Art. 40. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a formalizar convênio com as agências bancárias do Município, facultando aos servidores municipais a realização de empréstimos financeiros consignados em folha de pagamento.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que naquela, eles estavam inserindo o Legislativo nos dois artigos, porque na LDO iria acontecer a mesma coisa, também, porque só tinha a previsão para o Executivo e a Lei era para o Município, e que tinham que colocar o Legislativo também, e que era isso que eles estavam fazendo; a seguir, em votação a Emenda nº 002, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 003 – Acresce artigo depois do artigo 46, renumerando-se o artigo 47 do Projeto de Lei nº 034/2017: “Art. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma gratificação por risco de morte para o servidor ocupante de emprego público de Bombeiro Civil Municipal, Guarda Municipal, Coordenador de Operações, Diretor de Guarda Municipal, Vigia e Vigilante, e de risco por acidente a Motorista de Ambulância.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que aquela redação eles colocaram ali porque estava na LDO e estava faltando no PPA, então, estavam inserindo ali também; a seguir, em votação a Emenda nº 003, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 004 – Acresce artigo depois do artigo 46, renumerando-se o artigo 47 do Projeto de Lei nº 034/2017: “Art. 48. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a fornecer cartão alimentação para os servidores municipais.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que também era a mesma coisa, e que achava que tinha até na frente da emenda deveria ter um artigo, e a Sra. Secretária citou o artigo 54 da LDO; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que estava na LDO e não estava no PPA; a seguir, em votação a Emenda nº 004, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 005 – “O quadro da Receita total estimada do Projeto de Lei nº 034/2017 – PPA, fica substituído pelo quadro da mesma denominação, encaminhado pelo Executivo Municipal



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ao Legislativo, conforme Ofício DER nº 122/2017 (Demais anexos serão alterados conforme emenda aprova).” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que aquele quadro ali, como foi lido, o Executivo encaminhou um ofício para substituir esse anexos, porque tiveram algumas alterações em relação à Receita e Despesa, e que eles estavam os inserindo conforme o próprio Executivo encaminhou para a Câmara; a seguir, em votação a Emenda nº 005, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 006 – “O Anexo I – Planejamento Orçamentário – PPA – Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais, encaminhado pelo Executivo Municipal ao Legislativo, conforme ofício DER nº 122/2017, passa a integrar o Projeto de Lei nº 034/2017 - PPA.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que aquele anexo não existia no projeto que estava em tramitação e foi inserido; a seguir, em votação a Emenda nº 006, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 007 – “Altera o quadro demonstrativo de programas e ações por órgão e unidade – físico financeiro, do Projeto de Lei nº 034/2017- PPA, conforme Quadro Tabela PPA – Anexo A, especificando: Órgão/Unidade/Programa – Código Ação, com as anulações, acréscimos e respectivos saldos e acrescenta a Reserva de Contingência do Fundo Especial da Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que aquela emenda tinha um anexo que foi lido no parecer, inclusive aquela secretaria que não existia, que ela veio inserida no PPA e LDO, ela foi remanejada para que, no caso, para a Secretaria de Cultura, como alguns remanejamentos que o Executivo encaminhou, que saía de uma Secretaria e passava para outra e para adequar, precisaria fazer a emenda, que o anexo anterior que estava aí da Despesa, para o anexo que o Executivo encaminhou, e que foi necessário fazer aquela emenda no projeto, e que era adequação, saía de um lugar e entrava no outro, e os valores, quem quisesse podia dar uma olhadinha no anexo, eles estavam... e que deu zero no final porque bateu, saía de um lugar e entrava no outro, e que se desse diferença algum problema tinha, e como tinha dado um real, tinha um real de diferença, e aí foi apurado no total da Receita, com o total da Despesa tinha um real que precisou ser inserido e ele iriam fazer a correção desses anexos e que eram vários anexos e que eles tomavam como base um anexo que foi lido o nome dele ali, só que eram vários anexos, tinha no PPA, na LDO e na LOA e que alterava em um, alterava em todos; a seguir, em votação a emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 008 – “Anula e acrescenta recursos do quadro Demonstrativo de Programas e Ações



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

por Órgão e Unidade – Físico Financeiro, do Projeto de Lei nº 034/2017, conforme Quadro Tabela PPA – Anexo B, especificando: Órgão/Unidade/Programa – Código Ação, conforme segue. Demais quadros deverão ser alterados conforme emenda aprovada.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que tinha um quadro ali, e que ele iria fazer um resumo mais ou menos ali, e disse que tinham sido seiscentos mil reais que tinham saído da Secretaria de Administração e Finanças que tinha um milhão de reais de reserva de contingência, e que tinham um milhão de reserva de contingência, e aquela emenda que eles conversaram com o Executivo, os Vereadores, para eles estarem aumentando um pouco a dotação da Secretaria de Saúde e de Meio Ambiente, e que estava saindo seiscentos mil reais dessa reserva de contingência e aí iria passar para quatrocentos mil e como foi lido no PPA e foi aprovado era zero vírgula um por cento da Receita Corrente Líquida, e esse valor de quatrocentos mil, ainda iria ficar dentro, porque a Receita Corrente Líquida era de trezentos e poucos milhões e dava trezentos e tantos mil reais, e que ficava dentro ainda, e que estava saindo seiscentos mil da Reserva de Contingência, e estava ficando quatrocentos do Executivo, Reserva de Contingência do Poder Executivo; disse que estava saindo cinco mil reais da Secretaria de Obras, ou melhor, cinco milhões e trezentos da Secretaria de Obras, e estava entrando três milhões de reais na Secretaria de Saúde e dois milhões e novecentos na Secretaria de Meio Ambiente, que seria no caso para “Obras e Instalações” do Departamento de Água e que Jaguariúna estava passando por dificuldades, em relação ao Tratamento de Água, e que estava aumentando este valor, e que isso só para dois mil e dezoito, e que dois mil e dezenove, vinte e vinte e um, ela não teve alteração; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que disse que só reforçando a explicação do Bozó, na verdade, aquela discussão, eles fizeram junto com o Prefeito, o Prefeito chamou os treze Vereadores e eles levantaram aquele problema, tanto a respeito da água que, realmente, precisava de investimentos, e também a preocupação que foi levantado ali na Audiência Pública sobre a questão do Hospital, e que aquela emenda, na verdade, atendia essa discussão que eles tinham feito com o Prefeito e, de certa forma, eles teriam que acompanhar isso daí, porque, realmente, a Saúde precisava de investimentos, sem falar, também, da questão da água da cidade; a seguir, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto dizendo que, como o Silva tinha relatado ali, foi uma discussão, realmente, com o Executivo, só que naquela reunião, tinha diversos Vereadores ali que estavam lá, e que foi dito que o Hospital mandava cobrança para o Município, via



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

rascunho, “papel de pão”, e que tinha sido usado bem este termo, e a reunião ficou em torno desse assunto, e que ele achava que três milhões não eram suficientes, e continuava achando que não era suficiente para manter a Saúde do Município para o próximo ano, dois e novecentos, nem eram três milhões, e que ele mandou um ofício para o Hospital questionando a Presidente, o Responsável Administrativo, sobre o tal “papel de pão”, e ele lhe encaminhou todos os ofícios assinados pelo Gabinete, pela Secretaria de Saúde, pela Secretaria de Administração e Finanças, e que ele queria passar para os Vereadores, para ver o “papel de pão”, porque ali estava bem explicado e pedido esse recurso como um todo, e o que ele ficava muito chateado com tudo isso era que tiveram diversas reuniões na Casa, para discutir a questão do Hospital, e que todos entraram num consenso que era inviável, impossível, manter o que tinha no Hospital no hoje, e que isso estava sendo administrado, e eles iam abaixar a cabeça, e aceitar apenas três milhões; disse que estava ali o “papel de pão”, como foi dito, e que ele continuava pedindo mais recursos para o Hospital, e que se continuasse como estava no hoje iria fechar a UPA, iria fechar diversos recursos que existiam no Hospital, porque não iria ter recurso para manter tudo isso, e que deixava uma pergunta: “o Poder Executivo mandou algum pedido formal para o Hospital reduzir gastos?” Disse que essa era uma informação que ele queria saber e que ele não teve essa resposta, nem do Hospital, nem do Executivo, porque só pedir para abaixar custo e manter o que tinha, e que eles não estavam falando de “A” ou “B”, estavam falando de Saúde, e que no hoje eles estavam falando de uma diferença de quinze milhões de reais e que cortar quinze milhões do Hospital, era uma coisa que iria ser bem dolorido, o orçamento para manter o que tinha no hoje lá, era de sessenta e dois milhões, e iria ser passado cinquenta, e que eram doze milhões, e esses doze milhões iriam sair de onde, perguntou; iria sair da população, e que isso tinha que ficar muito claro e registrado, e que ele, mais uma vez queria se sentar, discutir aquelas emendas porque ele achava que tinha dinheiro que estava voando, e que podia estar indo em direção ao Hospital, em direção à Saúde do Município, porque Saúde era prioridade, e que ele achou que foi uma falta de respeito a postura de algumas pessoas na reunião fechada no Gabinete, que ele gostaria de esclarecer ali, quando falou que vinha “papel de pão”, para desmoralizar uma reunião, e que da forma que foi aquela reunião, sem pessoas do Hospital para se defender, e que ele foi uma das vítimas, como eles, porque a reunião deles morreu ali, porque se vinha uma cobrança num “papel de pão”, como era dito, não tinha mais o que eles pedirem, e que ali estava a prova que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

não era “papel” nenhum, e que queria deixar disponível a todos os nobres Colegas, e que pudessem olhar com carinho a questão do Hospital, a questão da Saúde da Cidade, porque se continuasse como estava, isso tudo iria piorar, muito agradeceu e desejou boa noite a todos; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que disse que, na verdade, eles não podiam tratar coisas sérias com brincadeiras, e que, de certa forma, o que surgiu lá, depois ele começou a levantar isso, disse ao David, era que, na verdade, algumas reuniões que eles não podiam ali ficar enumerando, e que tinha várias reuniões do Poder Executivo, tanto da Prefeitura, como da Secretaria da Saúde, e do Hospital e que, realmente, em algumas reuniões foram exigidos documentos e não foram entregues, e que ele não estava ali culpando ninguém, Sr. Manoel, não estava culpando ninguém, e que foram exigidos esses documentos, e não foram entregues, e, em algumas reuniões, foi trazida, realmente, a coisa ali no rascunho, e por isso que surgiu essa... e que ele, Silva, na verdade, tinha encarado aquilo como brincadeira, mas como era um tom de brincadeira ele procurou apurar e, realmente, em algumas reuniões foram exigidos documentos e não foram entregues, e quando exigia-se, fazia-se um rascunho lá e tentavam se explicar no papel, os documentos foram entregues, sim, alguns, mas depois de muita insistência, depois de muita insistência da Secretaria de Finanças sobre a questão do repasse, mas ele encarou ali como tom de brincadeira, apesar de ser uma questão séria, mas o que houve foi isso, algumas reuniões foram exigidos documentos, e foram entregues, e entregues não, na verdade, foi explicado porque que precisava, e foi explicado ali à caneta, por isso que surgiu essa discussão, de “papel de pão”, e que, realmente, foi uma brincadeira fora de hora, e que eles também tinham que estar acompanhando isso; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. David Hilário Neto que agradeceu ao Sr. Silva pelo esclarecimento, mas uma coisa que ficava muito esquisita, era que quando eles convocaram ali o Hospital, Saúde, Administração e Finanças, ninguém falou nada, nem a Secretaria de Saúde, nem a de Finanças falou: “Ó, Hospital, você está gastando muito, você não está...” e que quando estava a Presidente, o Responsável técnico, ninguém da Prefeitura tinha aberto a boca para falar que estava errado, que eles traziam num papel de rascunho; disse que eles estavam sendo vítimas mais uma vez, porque a Casa quis marcar uma reunião séria, uma reunião correta para poder escutar todas as partes e ninguém abriu a boca, e que a única informação que deram foi que eles não queriam cortar nenhum procedimento, e que daí ele fez a pergunta ao Sr. Manoel e à Presidente que estava presente: “Dá para manter o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que tem hoje com cinquenta milhões?” Impossível e inviável. E que isso foi dito e todo mundo concordou, que era impossível manter o Hospital da forma que estava, e como eles estavam falando que o orçamento era enxuto, e estava sendo separado da forma que tinha que ser para remanejar o menos possível, o que ele via, no hoje, era que a Saúde do Município iria sofrer no ano que viria, e que o Hospital iria sentir na pele, e que não sabia se iria acontecer da forma que aconteceu lá atrás, que chegava a faltar algodão, e que esperava que isso não acontecesse, e se ele fizesse em papel, em rascunho, achava que tinham que chamá-lo na Casa, chamar os responsáveis, novamente, da Saúde para vir esclarecer, porque era uma falta de respeito com eles, Vereadores, que estavam vítimas e que eles pegavam e escutavam que vinha no “papel de pão”, e perguntava para ele, e ele mandava o relatório, e que agora o Vereador estava falando que tinha algumas reuniões que ele colocava no papel, na mão, e que quando tiveram a oportunidade de colocar isso na roda, na mesa, ali, não foi dito por ninguém e que isso o chateava muito e que eles estavam fazendo papel de palhaço, porque a reunião foi exclusiva, perdeu quatro horas naquela noite, para tentar chegar numa solução, e ninguém deu solução alguma, ele mostrou os custos e ninguém deu solução de economia, ninguém deu solução do que ia ser cortado ou se iria arrumar recurso para pagar, o que estava sendo naquele dia, eles estavam votando da forma que veio, com três milhões de reais a mais, que era o mesmo recurso daquele ano que estava sendo suplementado, e, simplesmente, eles estavam votando o mesmo recurso daquele ano, não estava aumentando um real a mais, e precisava fazer as contas, que se foram dois e novecentos ele ainda tinha a dúvida de que foi aumentado ou não, e que ficava ali o seu repúdio àquela situação, e falou para a população de Jaguariúna que ele como Vereador, se sentiu um palhaço naquela situação como um todo, e queria chamar o Hospital novamente, a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Saúde para vir esclarecer o que estava acontecendo, e como foi dito pelo Fred, na reunião que eles tiveram, a Administração do Hospital era gerida pela Prefeitura, a Presidente e cinquenta por cento do Conselho era a Prefeitura que tomava conta, e que se a Presidente estava lá naquele dia, era porque o Prefeito queria que a Presidente estivesse lá naquele dia; agora, se ela não dava esclarecimentos, ele tinha que mudar, porque ele tinha o poder para mudar, porque ele tinha cinquenta por cento do Conselho para decidir isso; disse que jogar a culpa lá em baixo para falar de economia, e não dar sugestão nenhuma para economizar, era uma vergonha; muito agradeceu e desejou boa noite a todos; a seguir, o Sr. Presidente disse que colocaria a emenda oito em votação,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e se alguém quisesse discutir mais sobre o assunto, poderia fazê-lo na discussão do projeto; em votação, a emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 009, dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Luiz Carlos de Campos, David Hilário Neto, José Muniz e Ângelo Roberto Torres –Dá nova redação ao artigo 22 do Projeto de Lei nº 034/2017: “Art. 22. O Executivo poderá contratar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 5% (quinze por cento) da receita corrente líquida estimada para o município.” Em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 010, do Sr. Romilson Nascimento Silva – Acresce artigo depois do artigo 46, renumerando-se o artigo 47 do Projeto de Lei nº 034/2017: “Art. 49. Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o ‘Restaurante Popular’ nos limites do Município de Jaguariúna”. Em discussão, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva dizendo que aquele pedido de emenda número dez, de sua autoria, já tinha no PPA antigo, confirmou com o Bozó, e que achava que tinha suprimido aquele artigo, e pediu para que fosse incluso, e como não foi feito no passado, não queria dizer que, obrigatoriamente, não iria fazer agora, mas era importante ter, e que caminhava para isso, e no momento oportuno eles terem o Restaurante Popular em Jaguariúna; a seguir, em votação, foi a referida emenda aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 011, dos Srs. Luiz Carlos de Campos, Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, José Muniz e Ângelo Roberto Torres – Acresce artigo depois do artigo 46, renumerando-se o artigo 47 do Projeto de Lei nº 034/2017: “Art. 50. Fica vedada a concessão dos serviços de abastecimento de água potável, coleta, afastamento e tratamento de esgoto sanitário e a drenagem urbana do Município.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que disse que, na verdade, aquela emenda estava relacionada com uma questão que tinha sido levantada ali na Casa, que era a privatização do Sistema de Água, do Abastecimento de Água, e eles tiveram a grata satisfação, na reunião que estavam os Vereadores, foi perguntado isso ao Prefeito, e que ele falou que em nenhum momento passou na cabeça da Administração ou do Executivo, que isso seria feito no Município, e que, na verdade, isso os tranquilizava, e que ele, pessoalmente, tinha uma restrição em relação àquela emenda que o Bozó apresentou, porque ele achava que em nenhum momento eles poderiam demonstrar que eles queriam colocar uma camisa de força no Executivo, que era criar uma situação onde eles estivessem exigindo alguma coisa do Executivo, mas ele foi tranquilizado pela experiência do Bozó, pela própria Comissão, e que isso poderia constar, sim, no PPA, e que, realmente, não tinha



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

a intenção do Município, e que, na verdade, era para eles reforçarem uma preocupação deles, e que isso foi apresentado também pela boca do Prefeito que não tinha essa discussão no Executivo e que aquela emenda, também, reforçava a posição do Prefeito, e também, uma preocupação grande da Casa em relação ao que estava sendo cogitado, era isso e que ficava um pouco mais tranquilo; a seguir, em votação a emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em Discussão e votação Projeto de Lei nº 034/2017 do Executivo Municipal, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021, foi o mesmo aprovado por unanimidade. 3. Projeto de Lei nº 035/2017 do Executivo Municipal, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Finanças e Contabilidade. A Seguir, foram apresentadas as seguintes Emendas da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade: Emenda nº 001: Dá nova redação aos artigos 39 e 42 do Projeto de Lei nº 035/2017: “Art. 39. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a formalizar convênios com as agências bancárias do Município, facultando aos servidores municipais a realização de empréstimos financeiros consignados em folha de pagamento.” “Art. 42. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a conceder anualmente, abonos e reajustes salariais aos servidores públicos.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que aquelas emendas da LDO, praticamente tinham sido as mesmas emendas do PPA, e quando alterava um, e eram três leis que eram ligadas uma na outra, então, quando se alterava uma acabava alterando a outra, também. Em votação a emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. Emenda Nº 002: “Altera o Anexo VI – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental do Projeto de Lei nº 035/2017, conforme Quadro Tabela LDO – Anexo ‘A’, especificando Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa – Código Ação, com as anulações, acréscimos e respectivos saldos e acrescenta a reserva a Reserva de Contingência do Fundo Especial da Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais.” Em discussão e em votação a emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. Emenda nº 003, que “anula e acrescenta recursos do Anexo VI – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental do Projeto de Lei nº 035/2017, conforme Quadro Tabela LDO – Anexo ‘B’ especificando, Órgão/Unidade/



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Função/Subfunção/Programa – Código Ação, conforme segue.” Em discussão e votação a emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. Emenda nº 004, dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Luiz Carlos de Campos, David Hilário Neto, José Muniz e Ângelo Roberto Torres –Dá nova redação ao artigo 22 do Projeto de Lei nº 035/2017: “Art. 22. O Executivo poderá contratar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 5% (quinze por cento) da receita corrente líquida estimada para o município.” Em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Emenda nº 005, do Sr. Romilson Nascimento Silva – Acresce artigo depois do artigo 58, renumerando-se os seguintes do Projeto de Lei nº 035/2017: “Art. 49. Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o ‘Restaurante Popular’ nos limites do Município de Jaguariúna.” Em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. A seguir, em Discussão e votação o Projeto de Lei nº 035/2017 do Executivo Municipal, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Sr. Romilson Nascimento Silva foi apresentado requerimento solicitando que o Projeto de Lei nº 048/2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha nas escolas municipais do Município de Jaguariúna e Projeto de Lei nº 050/2017, que cria o cartão estacionamento para pessoas com deficiência e idosos, e dá outras providências, ambos de sua autoria, fossem retirados da pauta da Ordem do Dia daquela sessão; o autor pediu o apoio dos Pares para a aprovação do requerimento, como falava na justificativa, que as proposições não tinham sido deliberadas pelas Comissões, e ele prezava que os projetos passassem pelas Comissões, porque daí votariam com mais tranquilidade, confirmou com o Bozó, tirava-se todas as dúvidas e o caminho era mais tranquilo; em votação foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos, e os Projetos de Lei nº 048/2017 e 050/2017 do Sr. Romilson Nascimento Silva, devidamente arquivados. 4. Projeto de Lei nº 052/2017 do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018 (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Finanças e Contabilidade. A seguir, foram apresentadas as seguintes Emendas da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade e também dos Srs. David Hilário Neto, José Muniz, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Tais Camellini Esteves, Rodrigo da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Silva Blanco, Walter Luis Tozzi de Camargo e Romilson Nascimento Silva: Emenda nº 001 – O texto do Projeto de Lei nº 052/2017 – LOA – fica substituído pelo texto encaminhado pelo Executivo Municipal ao Legislativo, conforme Ofício DER nº 135/2017; em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 002 - Dá nova redação ao inciso II do Artigo 4º do Projeto de Lei nº 052/2017, do texto encaminhado pelo Executivo Municipal ao Legislativo, conforme Ofício DER nº 135/2017: “Art. 4º II – abrir créditos suplementares e especiais até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento da despesa, conforme art.43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64;” em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 003 – Altera o valor da Reserva de Contingência do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais, em observância ao Quadro do Detalhamento da Despesa – QDD, do Projeto de Lei nº 052/2017, conforme o quadro de mesma denominação encaminhado pelo Executivo Municipal ao Legislativo conforme Ofício DER nº 124/2017, verificado o órgão, Unidade, Projeto/Atividade, conforme especificado; em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 004/2017 dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Luiz Carlos de Campos, David Hilário Neto, José Muniz, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Tais Camellini Esteves, Rodrigo da Silva Blanco, Walter Luis Tozzi de Camargo e Cristiano José Cecon: Dá nova redação ao inciso I do Artigo 4º do Projeto de Lei nº 052/2017, do texto encaminhado pelo Executivo Municipal ao Legislativo, conforme Ofício DER nº 135/2017: “Art. 4º. ... I – realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, até o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida estimada, nos termos da legislação em vigor;” O Sr. Presidente suspendeu a Sessão para esclarecimentos de dúvidas; decorrido o prazo necessário para o esclarecimento, o Sr. Presidente reabriu a sessão e em discussão e votação a Emenda nº 004, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. Emenda nº 005 da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade e também dos Srs. David Hilário Neto, José Muniz, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Tais Camellini Esteves, Rodrigo da Silva Blanco, Walter Luis Tozzi de Camargo e Romilson Nascimento Silva: “Anula e acrescenta recursos do Quadra de Detalhamento da Despesa – QDD do Projeto de Lei nº 052/2017, LOA – conforme especificado. Demais anexos serão alterados conforme emenda aprovada. Em discussão e votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, discussão o Projeto de Lei nº 052/2017, do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que aquelas emendas ali, a Comissão assinou a apresentação das emendas, mas o Vereador que quisesse assinar, ficasse à vontade, porque a emenda cinco, ela também foi votada no PPA, na LDO e agora na LOA, foi fruto daquela reunião que eles tiveram no Executivo, que foi colocado dois milhões e novecentos a mais para a Saúde, para o Hospital, e três milhões para a água, para investimentos na Água, e que os Vereadores que quisessem assinar, e que a Comissão fez as emendas e foi assinando, mas o parecer, em relação a esses projetos era de competência só da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, mas a emenda qualquer Vereador que quisesse apresentar uma emenda, podia estar fazendo, portanto, se quisessem assinar, estivessem à vontade; disse que a última emenda que foi votada nada mais era do que aquilo que foi discutido, e era bom que eles, Vereadores, e que a população estava cobrando, principalmente, em relação à falta d'água, e que o Neguita tinha visto, há pouco, que estava faltando lá no bairro Pinheiros, e pelo que eles sabiam, a questão era tratamento de água, e que se não aumentasse o tratamento de água, e que foram colocados três milhões de reais, e que a Câmara deu o sinal de que ela estava preocupada em relação a isso, e como o pessoal ali sabia e todos sabiam, que a população vinha aumentando em torno de mil e duzentas pessoas por ano em Jaguariúna e o tratamento de água precisava estar acompanhando isso, também; disse que o Fred era empreendedor e sabia que tinha várias caixas, mas essas caixas precisavam ser abastecidas, e para serem abastecidas tinha que ter o abastecimento de água, e que ele pensava que três milhões de reais não seria o suficiente, iria precisar de muito mais recursos para o Departamento de Água, para estar equilibrando a oferta de água para a população, e que por isso ele iria repetir ali, que seria importante eles convidarem o responsável pelo Departamento de Água para vir na Câmara, dar esclarecimentos, e que era importante isso, passar para a população quais os investimentos, os custos que ficavam, porque, provavelmente não, com certeza eles deveriam ter o levantamento do valor, e que na reunião que eles tiveram, o Prefeito falou em torno de três milhões seriam suficientes, e que sabiam que, com certeza, iria precisar de muito mais; disse que a Câmara estava autorizando o remanejamento de vinte por cento e que o Fred estaria falando sobre isso também, e que o Executivo podia tirar de um departamento, de uma Secretaria,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estar passando para outra, e que sabiam das dificuldades que o Município estava enfrentando, tinha que pagar as contas, mas a Receita de Jaguariúna era excelente, e que se pegassem os municípios aí, podiam ter certeza que não arrecadava “per capita” como Jaguariúna arrecadava; comentou que fez uma pesquisa, naquele dia, no ICMS, que era a maior Receita de Jaguariúna, e até dezembro tinha entrado só a primeira parcela de ICMS, em relação ao ano passado, eram vinte e cinco milhões a mais, em relação ao ano anterior, e isso que aparecia na Secretaria da Fazenda, já era com o desconto dos vinte por cento do FUNDEB, e que era um valor razoável, e que tinha mais algumas cotas do ICMS para estar entrando, e que ele iria chutar que seria em torno de trinta e cinco milhões a mais que o ano anterior, e que achava que o Município tinha que canalizar melhor, priorizar as Despesas, tinha coisas que eram supérfluas e que sabiam que precisavam de tudo em todas as áreas, mas no momento de dificuldades, tinha que priorizar aquela que estava com mais dificuldade, que era o Departamento de Água; disse que a emenda que eles colocaram era importante, como o Prefeito falou na reunião, não era intenção de estar terceirizando esse tipo de serviço e que eles sabiam que o Poder Público tinha que ficar com menos coisas na mão para ele tomar conta, mas ele acreditava que água era uma coisa essencial e que eles precisavam cuidar bem disso daí, agradeceu, desejando boa noite; o Sr. Presidente disse ao Vereador Bozó, que ele tinha lhe cobrado a alguns dias em relação a uma reunião, e que eles estavam aguardando a confirmação do Regis e fazer uma reunião na Câmara e que avisaria a todos os Vereadores, se possível, ainda naquela semana, e que avisaria previamente; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que disse a todos, que só a título de informe, eles participaram de uma reunião no domingo, ele e o Muniz, e confirmou com o Vereador, lá no Jardim Europa, e que foram discutidos vários pontos, e um dos pontos foi essa questão da água, até porque era um bairro que estava com esse problema mais acentuado, e o Regis esteve presente, e que ele colocou que, realmente, era uma questão de interligação, de ligar alguns canos na questão dos reservatórios, e que tinha que ser feita essa obra, e que ele lhes deu um número lá, e precisavam ser muito otimistas, que eles precisavam, realmente, acompanhar, e que ele falou que até abril iria resolver o problema, e que ele colocou isso de uma forma enfática, confirmou com o Muniz, e que o Muniz estava com ele lá, e, realmente, o pessoal que estava lá com eles na reunião, pegou pesado em relação a isso, e que ele achava que o papel da população era realmente esse, de cobrar, de pedir investimentos, mas o Regis explicou tudo, as interligações e ele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

poderia vir na Câmara explicar para os Vereadores, mas ele tinha colocado essa questão que até abril estaria resolvido e eles esperavam que, realmente, amenizasse essa questão, até porque eles não estavam na época de estiagem, e pediu para imaginarem quando tivesse estiagem, até no meio do próximo ano; disse que era uma preocupação que deveria ser de todos eles, mas era legal, realmente, trazê-lo na Casa, para explicar o que iria ser feito, quais as obras que estavam sendo planejadas, e que ele explicou para a população de uma maneira muito clara, que eles precisavam, realmente, entender e entender para cobrar depois também; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que discutindo o orçamento naquela hora, e que ele queria ter aproveitado o gancho daquela discussão que eles tiveram no PPA, a respeito daquilo que foi ventilado pelo Vereador David com relação aos recursos para o Hospital Municipal de Jaguariúna; disse que, infelizmente, naquela reunião, o objetivo deles, era tentar obter mais recursos para o Hospital, mas eles foram pegos de surpresa, realmente, por uma informação que foi dada a eles, e que ele, mesmo ficou estarrecido, e que concordou, e foi até muito enfático, tinha que mandar embora quem fizesse esse tipo de atitude, e que eles viram que não era bem assim, e disse ao David que o que ele queria falar naquele momento que eles estavam discutindo, e que ele acreditava ainda, que como o orçamento do Município era um orçamento de trezentos e setenta e cinco milhões, e eles autorizaram ao Prefeito ali, através da autorização Legislativa, que ele pudesse remanejar vinte por cento do orçamento, e que isso representava setenta e cinco milhões do orçamento, e que era muito recurso que o Prefeito podia tirar de uma Secretaria e mandar para outra, então, eles sabiam e até tinham discutido isso, que eles iriam dar esse voto de confiança à atual administração, para que, no seu próximo orçamento, elaborado, ele pudesse, realmente, verificar as necessidades e remanejar onde ele bem entendesse, mas que ele voltava ali a fazer um apelo aos nobres Pares, que nos próximos orçamentos eles tinham que reduzir um pouquinho isso, um pouquinho mais devagarzinho, gradualmente, para que a Câmara Municipal pudesse ter o papel importante, que era realmente, num momento de discussão como era aquele da Lei Orçamentária, canalizar o recurso para onde precisava; disse que esse patamar era de quarenta por cento e na Legislatura anterior eles foram reduzindo para vinte cinco, ou melhor, foi trinta, vinte e cinco, e depois chegou a vinte, e que até era um trabalho do Adilson, na época eles questionaram isso, e se ventilou na outra administração, mas isso era importante para a Câmara ter um papel, realmente, de dizer que os recursos eles queriam nesse local, ouvindo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

os clamores, e aquilo que eles ouviram ao longo daquele ano, na discussão daquele projeto, foi justamente o problema na Saúde e o problema na área de Saneamento Básico, e que eles sabiam que os recursos que eles tentaram, mas não eram suficientes, o Prefeito iria ter em sua mão, o poder de remanejar esses recursos; disse que ia ali dizer que estavam dando esse voto de confiança à Administração, mesmo porque eles sabiam da situação difícil que a Prefeitura, e não só a deles, mas várias se encontravam, mas, também, enfatizar que ao longo daquele ano inteiro, aquilo que o Bozó disse, eles vieram ratificar mais uma vez, que o Município, através do orçamento daquele ano que foi de trezentos e quarenta e um milhões, e foi dito pela Cristina que eles iam, se não ultrapassasse o orçamento, chegar bem próximo a ele, e que ele não sabia quanto tinha sido, e que foi o primeiro ano que o Município estimou um orçamento e, realmente, arrecadou o que ele estimou, e era a mesma coisa com o orçamento daquele ano, que eles iriam votar para o próximo de dois mil e dezoito, e que foi estimado trezentos e setenta e cinco milhões, e que eles tinham certeza pelos números que eles estavam acompanhando a economia, inclusive dos índices, que a maior fonte de receita do Município era o ICMS, o Município iria conseguir atingir esse índice também de trezentos e setenta e cinco milhões, e que era aquilo que o Bozó tinha dito, que era questão de priorizar os investimentos e eles iam ter recursos próprios para poder resolver os problemas e não depender de recursos externos de Governo Federal ou Estadual; comentou de dar um dado que o Bozó tinha falado, naquele ano de dois mil e dezessete até aquela última terça-feira, entraram nos cofres públicos do Município de Jaguariúna, cento e trinta milhões só de ICMS, descontando já os vinte por cento da cota do FUNDEB; disse que no ano anterior, eles arrecadaram no ano inteirinho de dois mil e dezesseis, cento e cinco milhões, arredondando, cento e quatro e novecentos, cento e cinco, e que já foi um aumento de vinte e cinco milhões, só de ICMS, e que eram poucos municípios que poderiam dizer isso, e que eles acreditavam, como o Bozó falou, que mais duas parcelas do ICMS, iriam chegar na ordem de trinta, trinta e dois, trinta e cinco milhões, a mais do que o ano anterior, só de ICMS, e então, recursos tinham e justamente eles estavam prevendo aí e que eram doze milhões para a Saúde, e que a Saúde que eles falavam era a questão do Hospital, que seria o suficiente para atender muito bem à população, e que estavam falando na ordem de cinco, seis milhões, na questão do saneamento básico, e que era uma questão, realmente, de a Câmara cobrar e que vinham sendo cobrado da população esses investimentos, e deixou ali a sua sugestão para que nos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

próximos anos eles pudessem, de vinte por cento, reduzir para quinze, depois veriam como iria caminhar, transcórrer, e chegar no patamar de dez por cento, e achava que era isso que seria o ideal para o Executivo trabalhar, não que ele não pudesse remanejar futuramente, ele só tinha que mandar para a Câmara: “eu vou tirar dinheiro da Saúde para mandar para o Saneamento Básico. Posso fazer isso?” E a Câmara falava “pode ou não pode”, ou “Vou tirar da Educação”, da Educação nem tanto, “Vou tirar de Obras para mandar para Saneamento...” Disse que se ele passou desse patamar, que supondo, no hoje seria setenta e cinco milhões de remanejamento, que era muito, ele só tinha que pedir a autorização legislativa, e assim, a Câmara seria muito mais valorizada, a Câmara saberia onde estava sendo investido melhor o seu recurso, sabia porque estava mudando as rubricas, e que eles iriam ser informados, estava mudando porque estava acontecendo aquele problema e precisava mandar dinheiro para lá para resolver, e que aí eles saberiam o que estava acontecendo no Município; disse que, infelizmente, as peças orçamentárias eram muito mais estimadas pelo fato da inflação, era algo que corroía demais as peças orçamentárias, e que esses índices de remanejamento eram na ordem de cem por cento, e perguntou ao Bozó se ele se lembrava, e que se vinha um orçamento para a Casa de cem milhões, o Prefeito podia remanejar cem por cento do orçamento e no final do ano, o orçamento não era mais cem, era duzentos, enfim era uma loucura, mas com a estabilidade econômica que eles conseguiram ao longo do tempo, os índices orçamentários estavam na faixa de três, quatro, cinco por cento, e eles dando mais cinco por cento na ordem de dez, era o suficiente, e que hoje, dez por cento na ordem de quatrocentos milhões, estavam falando em quarenta milhões para o Prefeito mudar de uma Secretaria para outra, no futuro; disse achar que era o suficiente para o Prefeito poder trabalhar sem contar com a Câmara, mas se precisasse contar com a Câmara, a Câmara estaria ali, a qualquer momento, para votar o projeto; parabenizou o trabalho do Vereador Luiz Carlos de Campos, juntamente com o Presidente Silva da Comissão de Orçamento, e que era uma área chata para trabalhar, mas era aquilo que a Inalda tinha dito, que eles iam conhecendo os companheiros de trabalho, a Inalda que gostava de fazer um trabalho social, o Bozó gostava de números, o Waltinho da área da Educação, assim como a Cássia, enfim, cada um tinha uma parcela da representatividade mais focada em uma área, e que era bacana isso, e ele sabia da dedicação do Bozó que ficou em cima de números aí, há questão de meses, assim como o Silva e o Cecon, que eram da Comissão, e os parabenizou porque era uma Comissão que, realmente, tinha que estar discutindo com a Sociedade,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

vários assuntos e várias audiências públicas, e que ele enaltecia quem fazia parte dessa Comissão e que no hoje eles podiam ver que não era só uma Comissão política, como aquilo que eles pensavam no início do ano, e que eles tinham que colocar pessoas que estavam lá para dar o suporte para eles estarem ali votando tranquilamente aquilo que, realmente, foi discutido com a Sociedade; parabenizou à Comissão, e disse que ficava feliz que, assim como aquele ano e o próximo ano, o Município estava, realmente, se recuperando financeiramente, e não era ele que estava falando ali, eram os números que estavam demonstrando isso, como tudo aquilo que eles vinham falando ao longo de dois mil e dezessete; parabenizou a todos que trabalharam, e também a possibilidade deles estarem ali naquele dia votando aquele projeto; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que disse que não poderia deixar de se manifestar naquele assunto, também, e que queria começar pelo término da fala do Fred, elogiando o trabalho da Comissão, um trabalho brilhante, difícil, detalhado, onde eles analisaram com muito critério ao longo desses meses que esse projeto estava na Casa e chegaram ali nas conclusões e nas observações que eles votaram naquele dia, através das emendas; parabenizou ao Luiz Carlos, ao Silva e ao Cristiano por fazerem parte de uma Comissão tão importante na Casa; disse que voltando à questão do remanejamento que foi proposto ali e que eles estavam falando do Hospital Municipal, estavam falando do Saneamento Básico, e que eram assuntos muito importantes e muito sérios, estavam falando da vida das pessoas, estavam falando do conforto, estavam falando da Segurança, estavam falando de tudo que envolvia a sociedade de Jaguariúna; disse que dois milhões e novecentos talvez não fosse necessário em virtude deles saberem que havia uma defasagem, que o Hospital trabalhava com uma defasagem de nove milhões e meio, e sessenta e dois seria o número mais preciso para atender, porém, também, lhe confortava saber que tinha os vinte por cento de remanejamento, e esses vinte por cento poderia ser cobrado pela Casa a qualquer momento ao longo do ano que viria, e isso fosse, realmente, coberto, nas necessidades que o Hospital Municipal prestava, porque o trabalho do Hospital, e que ele encarava o Hospital Municipal como um patrimônio de Jaguariúna, e que ele não era da ASAMAS, ele era de Jaguariúna e eles eram responsáveis por tudo o que acontecia lá, e ser penalizado por um erro, ou por algo que pudesse levar à morte, era muita responsabilidade nas costas do legislador também; disse que a Casa não fechou os olhos para o problema, em momento algum; a Casa fez discussões aqui, muitas, fizeram uma reunião específica com a equipe de Saúde



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

na reunião de Comissões, tiveram audiência pública das finanças para isso, tiveram reuniões no Gabinete do Prefeito para discutirem isso também, o Vereador tinha esse papel, a obrigação dele era isso, e que era lógico que o Executivo agora tinha que tomar as providências, mas eles, Vereadores, fizeram a sua parte, não se omitiram em momento algum em discutir o orçamento, e canalizar onde mais precisava, e o problema da água era um problema muito sério, e que lhe preocupava, disse ao Vereador Silva, essas previsões que lhe pareciam um pouco precoces, prematuras, e que falar em abril de dois mil e dezoito, um problema tão sério como esse da falta de água, vários bairros da cidade, não sabia se era prudente, mas a Casa iria tomar as providências sim, tinha certeza que os responsáveis estariam com eles, debatendo esse assunto, porque de “achologia” estavam cheios na sociedade, todo mundo achava, mas agora eles teriam que ter certeza, porque era para explicar para o morador que chegava na casa dele, no fim da tarde, para tomar banho, para fazer comida, não tinha água, era para explicar para ele as “achologias” da vida, e que era impossível, era desumano, chegar cansado e encontrar uma situação dessas, e disse que tinha certeza que eles iriam, sim, buscar juntos uma solução e queria deixar ali uma sugestão para todos os Vereadores da Casa, a necessidade de recursos externos eram mais do que prementes, tanto para a questão da água, como da Saúde, como para a APAE, como para as instituições do Município e que cabia a eles, também, saberem bater na porta dos Deputados, do Governo Federal e do Governo Estadual, para pedir providências, porque eles também eram corresponsáveis com tudo isso, e que esse era o papel do Vereador também, e que achava que eles tinham, também, muitas vezes que arregaçar as mangas e irem buscar o complemento que estava faltando, não deixar de fiscalizar, não deixar de dialogar com o Executivo e nem com a Sociedade, mas também tinham que fazer a parte deles, e que ele tinha certeza que quando... e que a Casa era muito séria e buscava, realmente, as soluções, e quando eles se uniam em todos os aspectos, independente de posições partidárias, quem ganhava era a cidade de Jaguariúna, agradeceu. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 052/2017 do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura dos seguintes Editais de Convocação de Sessão Extraordinária: “Edital de Convocação Nº 025/2017.- De Sessão Extraordinária: O Vereador Romilson Nascimento Silva, Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 29ª (Vigésima Nona) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei Complementar nº 019/2017, do Executivo Municipal, que dispõe sobre alterações na Lei Complementar Municipal nº 4/1991 (Código Tributário do Município – CTM) e substitui a Tabela II (taxas de licença). 2. Projeto de Lei nº 034/2017 do Executivo Municipal, que dispõe sobre o Plano o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021. 3. Projeto de Lei nº 035/2017 do Executivo Municipal, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências. 4. Projeto de Lei nº 052/2017 do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018. EM PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Projeto de Lei Complementar da Sra. Cássia Murer Montagner que dispõe sobre a isenção do pagamento das tarifas de água e esgoto à entidade que menciona e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 29ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, 12 de dezembro de 2017 - Vereador Romilson Nascimento Silva - Presidente Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani de Campos Souza Venturini - Diretora Geral”. “Edital de Convocação nº 026/2017.- De Sessão Extraordinária: O Vereador Romilson Nascimento Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da Sessão Extraordinária convocada para o término da 29ª (Vigésima Nona) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: Projeto de Lei Complementar da Sra. Cássia Murer Montagner que dispõe sobre a isenção do pagamento das tarifas de água e esgoto à entidade que menciona e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 29ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, 12 de dezembro de 2017 - Vereador Romilson Nascimento Silva - Presidente. Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani de Campos Souza Venturini - Diretora Geral". Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): Pela ordem, tomaria a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que a passou; tomou a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos novamente, dizendo que era só para esclarecer dois pontos rapidamente, e que estavam tendo bastante reclamação da falta de água lá no Florianópolis também, e que a questão do Florianópolis e do Pinheiros, aquela região, era uma questão à parte; disse que tinha conversado há pouco na Secretaria de Meio Ambiente, e a informação que eles tinham, até para passar para a população de forma correta, era que queimou uma bomba no dia anterior, foi colocada uma bomba menor, que não deu conta de encher todas aquelas caixas d'água, e que naquele dia, às quatro da tarde tinha sido colocada uma nova bomba que pudesse abastecer de forma correta esse bairros e aguentar a demanda; disse que naquele dia, exatamente naquele momento, estava sem água lá, e estavam se enchendo aquelas caixas d'água para conseguirem abastecer aquela região como um todo e a população ser atendida, mas a questão da água, achava que todos da Casa estavam sendo cobrados, estava cada dia pior, o Pitangueiras e condomínios daquela região, Jardim Europa, Nassif, eram bairros que vinham sofrendo havia anos, mas agora, naquela época, esta piorando cada vez mais; sabiam que estava chovendo, tinha bastante água no rio, mas o tratamento não estava sendo suficiente e como o Waltinho mesmo tinha falado, era complicado eles darem "achômetros", que iriam arrumar dali dois, três meses, sendo que eles não vinham nenhuma licitação sendo feita para conseguir resolver um problema desse porte, que era um problema de milhões, e que era conseguir levar água tratada para essas casas, mas o primordial de tudo era tratar a água, que era o que estava acontecendo e a população passando dificuldade a cada dia, as pessoas chegando em casa, cinco ou seis horas da tarde e não conseguindo tomar um banho, não conseguindo fazer as necessidades básicas; disse que a Casa estava fazendo a parte dela, e que foram aprovados, naquele dia, três milhões, mas sabiam que isso não era suficiente para resolver o problema de Jaguariúna; disse que precisavam,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

urgentemente de uma posição do Poder Público; muito agradeceu, desejou boa noite a todos, e que poderiam contar com ele nesta luta. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia seis de fevereiro de dois mil e dezoito, terça-feira, com início determinado para às dezoito e trinta horas, lembrando a todos que a partir de dezesseis de dezembro de dois mil e dezessete a trinta e um de janeiro de dois mil e dezoito, a Câmara estaria em recesso parlamentar, podendo ser convocada extraordinariamente. Lembrou que, a seguir, teria início a Sessão Extraordinária já convocada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente

Vereador Afonso Lopes da Silva
Vice Presidente

Vereadora Cássia Murer Montagner
Primeira Secretária

Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Segunda Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

